

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº Especial

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL
SOLICITADA PELO LÍDER DA
BANCADA DA OPOSIÇÃO,
DEPUTADO WALDYR PUGLIESI,
REALIZADA EM
04 DE ABRIL DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus declaramos aberta esta Sessão Especial, solicitada pelo Líder da Bancada da Oposição, deputado Waldyr Pugliesi, e também de acordo com entendimento que houve entre as Lideranças dos partidos com assento nesta Casa de Leis.

É uma satisfação recebermos os palestrantes desta tarde, engenheiro agrônomo, Luiz Antonio Rossato, presidente do CREA-PR e o engenheiro Ivo Augusto de Abreu, consultor do setor elétrico.

As nossas boas-vindas, e com esta Sessão nós mostramos realmente que a Assembléia está aberta para discussões importantes do nosso Estado.

Vamos inicialmente conceder ao primeiro palestrante desta tarde, Luiz Antonio Rossato, 30 minutos,

prorrogáveis por mais 10 minutos, e depois os deputados terão 3 minutos para fazer as perguntas ao palestrante.

Antes de ouvirmos o engenheiro agrônomo Luiz Antonio Rossato, eu solicitaria ao nosso 1º Secretário, deputado Seleme, a leitura de uma correspondência enviada pelo secretário de Administração do Estado do Paraná, deputado federal Rafael Greca, de interesse do nosso Parlamento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)

(Lê):

Palácio Iguaçu, 03, de abril de 2001.

Senhor presidente

Senhores líderes

Senhor corregedor

Senhores deputados

A propósito de questionamentos do senhor corregedor da Assembléia Legislativa, deputado Caíto Quintana na sessão de hoje 03 de abril de 2001, baseados em noticiário divulgado por parte desqualificada da imprensa estadual atribuindo-se absurda declaração desabonatória a esta egrégia Assembléia Legislativa e seus ilustres membros, manifesto meu mais vivo repúdio.

O noticiário mencionado pelo corregedor é mentiroso e objeto de ação criminal e de ação cível já instituídas por meus advogados.

Jamais falei, ou falarei qualquer coisa que desabone o Colegiado Legislativo de meu Estado, ou qualquer instituição democrática deste País e deste mundo.

Manifesto em meu nome pessoal e da Secretaria de Estado da Comunicação Social e mais veemente repulsa a estas pusilânimes tentativas de interpor falsa versão no relacionamento do governo do Estado com o Poder Legislativo do Paraná.

Guardo agradável lembrança e cívica certeza de dever cumprido dos dias em que exerci nesta Casa, dois mandatos de deputado estadual até que a vontade do povo da nossa capital me fez prefeito de Curitiba no primeiro turno das eleições de 1992.

Saudações democráticas.

(a) **RAFAEL GRECA**

Prefeito de Curitiba 1993 - 1996

Deputado Federal - PFL Paraná

Secretário de Estado da Comunicação Social

RG 531.233 Estado do Paraná

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encaminho a respectiva correspondência ao deputado Caíto Quintana, nosso corregedor aqui na Assembléia Legislativa do Estado.

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Eu gostaria de levantar a seguinte situação a Vossa Excelência, uma vez que o plenário encontra-se vazio praticamente, do lado direito, não sabemos se deliberada-

mente, queremos que Vossa Excelência determine a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Nereu, por ser Sessão Especial, regimentalmente não cabe a Chamada Nominal, mas nós vamos atender a Vossa Excelência, determinando ao 1º Secretário que faça a Chamada Nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Cesar Seleme)
(Procede à Chamada Nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta presidência convida o senhor Luiz Antonio Rossato para sentar-se à mesa desta Sessão e lhe concede a palavra.

O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFÁ (Presidente do CREA-PR)

Minha saudação ao presidente desta importante Casa, deputado Hermas Brandão e em o cumprimentando, estendo igual cumprimento a todos os componentes da mesa de trabalho - assim como a todos os deputados e aos que se fazem presentes.

Registro também a minha satisfação em poder estar nesta Casa pela primeira vez, num momento que reputo da maior importância, acima de tudo, para os preceitos de consolidação da democracia.

Inicialmente eu gostaria de esboçar através de um conceito de Antropologia, o que me leva efetivamente a dedicar boa parte do meu tempo em reflexões aprofundadas sobre a questão da energia e da água. No conceito de Antropologia, “Viver é debruçar toda inteligência e toda a vontade na realização do essencial, no momento presente”.

Parece-me que na condição de cidadão do mundo, não poderia me furtar a viver e acima de tudo debruçar a inteligência e a vontade no estudo, mesmo que conceitual, de algo tão vital aos paranaenses, aos brasileiros e aos cidadãos do mundo. A energia e a água, efetivamente, de algum tempo representam o maior desafio de todas as comunidades. E o cenário que se avizinha, para preocupação de todos nós, efetivamente não nos impõe outro rumo senão entendermos como estratégia fundamental de dignidade e de sobrevivência, nos preocuparmos, acima de tudo, com estes dois quesitos fundamentais da vida.

O mundo efetivamente estabeleceu, por motivos que não gostaríamos aqui de tentar dissertar, como matriz fundamental da energia de combustão, o petróleo. No entanto, ainda tem como demanda para ser solucionada, a questão da energia elétrica, visto que se mostrou frustrada a expectativa da fissão nuclear como oportunidade de gerar energia elétrica.

Nem todos os países dispõem, efetivamente, de recursos fundamentais à obtenção da energia elétrica em padrões socialmente adequados e ambientalmente justos.

E neste cenário mundial, onde os grandes consumidores de energia têm limitações fundamentadas na condição geográfica e climática, eles se voltam para o Brasil, encontrando aqui as condições ideais para dar sustentabilidade ao desenvolvimento harmônico, fundamentado na energia elétrica e na energia de combustão face à potencialidade das nossas terras. O Brasil é o único país no mundo que tem em abundância o que alguns não possuem: a energia solar. Além disto, reservas de água doce imensuráveis e um solo, efetivamente, em condições de potencialidade, para ser explorado nas diferentes dimensões que queira se abordar, para ser efetivamente um celeiro. Não de alimentos, como alguns pensam, mas acima de tudo, de energia renovável e de valor agregado fundamental.

Eu gostaria então de dentro deste cenário abrangente, focar especificamente a questão do Paraná, e dar neste pouco tempo que temos, uma abordagem direcionada à questão do ciclo econômico, que neste momento demanda o cuidado, a equidade e mais do que isto, a dedicação de todos nós, para ser uma vertente de desenvolvimento ainda em fase de planejamento.

A energia portanto representará, sem dúvida nenhuma, um desafio para gerar e agregar um novo ciclo econômico para este Estado.

Desde o século XVII o Paraná vem experimentando variados ciclos de desenvolvimento econômico. Uns, com longa duração. Outros, nem tanto. Mas, o primeiro com origem em Paranaguá, foi o da exploração aurífera. O segundo, instituído com o da erva-mate, seguindo uma tendência de expansão na ocupação do território.

Mais recentemente, no início dos anos 50, vivemos a euforia em torno dos cafezais. E foi denominado o Ciclo do Café. Atualmente, predomina o ciclo da produção de grãos, que nos leva a uma reflexão mais atenta: o Paraná é o maior produtor nacional de milho, feijão e trigo. O segundo na cultura do soja. No total, são aproximadamente 20,6 milhões de toneladas de grãos/ano. Nosso Estado tem uma população de aproximadamente 9,5 milhões de habitantes, portanto numa conta muito simples, temos a disponibilidade anual de alimento, entendido aqui como os grãos produzidos de 2170 quilos grãos por paranaense/ano, que nos leva a possuímos, como oportunidade alimentar, 6 quilos por paranaense/dia. Sabemos pelas recomendações de qualquer estudioso, a demanda ideal seria 350 gramas. O Paraná hoje produz, entre milho, soja, arroz e feijão, o equivalente para, numa dieta de 350 gramas, alimentar 170 milhões de brasileiros.

Este cenário é importante quando se fala em ciclo econômico, porque é preciso agregar aí algumas estratégias. Se pegarmos esta estimativa de produção para este ano de 2000, na safra 2000-2001, veremos que o Brasil atinge os patamares dos 93 milhões de toneladas. Divididos pela população brasileira de, aproximada-

mente, 170 milhões, observamos, então como haveremos de ser competitivos para produzir e exportar.

No cenário específico do Estado do Paraná que já foi o primeiro produtor de soja e hoje perde para o Mato Grosso, as coisas começam a ter um contorno diferenciado. A grande expansão de fronteiras agrícola se registra de maneira efetivamente competitiva, em outras regiões do País, notadamente o Centro-Oeste brasileiro, que agregam, entre outras vantagens, a oportunidade de grandes empreendimentos modernamente equipados, conseguirem, então, implantar - efetivamente, a industrialização da produção. E neste mesmo cenário verificaremos ainda, que temos no Maranhão e no Piauí, áreas enormes a serem ocupadas no serrado, com clima efetivamente favorável para produzir grãos de maneira mais competitiva ainda, por questão estrategicamente bem postado - em relação a portos competitivos como o de Itaquí, que permite que se possa exportar a menor custo do que das nossas terras. E este cenário ainda se agrega como preocupante, porque fronteiras outras de países vizinhos, não tradicionais na produção de grãos, foram enquadradas e agregadas ao processo de produção. E o mundo vive hoje, verdadeiramente, uma super-oferta praticamente de alimentos. E por isto nossos produtores, que comprem um quilo de semente de milho de tecnologia média, por 6 reais, venderam neste ano uma saca de 60 quilos por 6 reais. O cenário de competitividade para o pequeno e médio produtor, na produção de alimentos efetivamente se torna dramática.

Este aspecto como pano de fundo nos traz, efetivamente, a uma reflexão de um ciclo de desenvolvimento de fundamental importância econômica, mas que merece uma análise estratégica mais ajustada. Precisariamos conviver com a produção de grãos, mas agregar de imediato outras alternativas que nos levassem à oportunidade de socializar oportunidades: a empresas e a trabalhadores. Mas que fosse, efetivamente, na produção de algo com um valor agregado muito mais seguro e estável. O ciclo da energia do Paraná ao longo de 50 anos, demonstrou isso. Ele é competitivo, demanda crescente e ainda se propõe a agregar ao seu processo a lucratividade.

No entanto, como uma tendência mundial, a energia, por ser estratégica, fica sob o domínio de poucos. O petróleo, pela sua complexidade, se torna domínio de poucos. A energia elétrica, por demandar matrizes estabelecidas para a produção de energia, de grande complexidade, e de exigência efetivamente de grandes investimentos, também segue o mesmo caminho. E nós no Paraná deveríamos estudar o ciclo de desenvolvimento econômico que agregasse os benefícios à nossa infra-estrutura existente. E mais do que isto: a própria propensão do povo paranaense em ter no contexto do agro-silvo-pastoril, uma demanda muito mais do que vertente familiar, mas acima de tudo, de paixão.

E este verdadeiramente é o cenário que passo a analisar. O ciclo da energia está passando despercebido das nossas lideranças do Paraná. É preciso uma visão

estratégica para enxergar as oportunidades. Estudos científicos apontam períodos de escuridão em um horizonte não muito distante, em função da prevista falta de energia elétrica, principalmente na região Sudeste, onde predomina boa parte da industrialização do País.

Por outro lado, aqui no Paraná há em abundância o cobiçado vetor de geração de riquezas; produzimos nessa plaga a energia que consumimos. Destinamos parte da geração para segurar o pico da demanda nacional, ou seja, temos de sobra, por enquanto, aquilo que outros não têm: energia, mas o senso de desenvolvimento estratégico nos leva a crer que podemos ser o grande fornecedor de energia a todos os brasileiros. Com esse produto abstrato, que é energia limpa e renovável, podemos desenhar o novo ciclo de desenvolvimento às forças produtivas paranaenses.

A atração de indústrias é mais promissora por gerar o bem estar social de forma rápida e completa, com a criação de novos postos de trabalho: concomitantemente à segura manutenção da mão-de-obra empregada. A reserva mundial de energia fóssil, que é altamente corrosiva ao meio ambiente, portanto aos seres humanos, deve ser aniquilado dentro de no mínimo 30 anos, em virtude do consumo desregrado das potências hegemônicas nos planos políticos, econômico e bélico. Deve então, a partir daí, surgir uma corrida insana pela busca de alternativas energéticas, que possibilitem conforto e riqueza às nações. Vale sempre lembrar, que os exércitos dessas potências se movimentam de acordo com a concentração de petróleo e da água potável. Essa última é determinante no caso do Brasil. A geração de energia limpa, segura e renovável, uma vez que as que são nucleares, nos trouxeram ameaça à vida.

Enquanto os países hegemônicos estão localizados em regiões temperadas e frias o Brasil possui o maior reator à fusão nuclear do mundo, dado pela natureza, que é o sol. Além do clima tropical, temos ainda reservas abundantes de água doce. São recursos naturais que dão origem à fotossíntese, à biomassa, princípio da vida animal e vegetal.

Existem outras formas de se obter energia: eólica, geotérmica, solar direta, entre outras.

Portanto em 1974, antecipados quase 30 anos ao colapso que se avizinha, tivemos a experiência positiva com ação governamental do pró-álcool, a qual visava substituir a gasolina e os derivados do petróleo pelo álcool. Esse combustível, limpo e renovável, também serviu como mistura anti-detonante à gasolina. Lá nos Estados Unidos optaram nessa mesma época pelo NTBE como detonante, que acarretou a contaminação de 30% dos poços de água potável em 31 estados daquele país.

No caso do Paraná, analisando esse cenário conjuntural, diríamos que o momento estratégico de defendermos uma empresa como a Copel se assenta, acima de tudo, na possibilidade de termos uma estrutura de acumulado tecnológico fantástico, um estafe preparado para novos desafios. E aí, então, estudarmos as nossas poten-

cialidades. Uma dessas potencialidades, sem dúvida, o meio ambiente agradecerá para sempre e Deus louvará a nossa iniciativa, seria a constituição de florestas energéticas. E devidamente, em momento oportuno gaseificadas, se tornariam o combustível social imprescindível à movimentação das nossas usinas termoeletricas. Não compraríamos o gás da Bolívia. Agregariamos oportunidade a áreas marginais de produção de grãos, e estaríamos demonstrando um princípio de solidariedade, que o nosso povo efetivamente merece, em benefício de um novo ciclo de desenvolvimento.

Mas, não poderíamos parar por aí. Haveríamos ainda de viabilizar através de instrumentos simples, mas eficazes, a oportunidade de valorizarmos uma ferramenta fundamental neste momento que é a produção de álcool. Incentivos não só como aqueles estudados por esta Casa de agregar mais de 20% na mistura da gasolina, mas quiçá, de fomentarmos indústrias paranaenses a produzirem carros para o Paraná movidos a um combustível socialmente desejável e não agregarmos riquezas àqueles que nos exportam o petróleo que consumimos, mas poderíamos avançar um pouco mais não só o álcool da cana mas, quiçá, o álcool da mandioca.

Tecnologias haveriam de ser geradas por esta empresa de interesse público que pudesse agregar a mandioca de maneira competitiva fornecer o álcool pela raiz, e a proteína fundamental às rações, pela parte área. Mas não parariamos ainda. Estudariamos as possibilidades de dominarmos estratégias de oferecermos o óleo diesel vegetal, possível, porque o primeiro motor foi desenvolvido a óleo de amendoim e no Rio de Janeiro nós temos um ônibus circulando pelas ruas movido a óleo de soja, resíduo das pastelarias que utilizam-o para fritar os pastéis de cada dia.

Portanto, se agregarmos a um momento estratégico de desenvolvimento a oportunidade de ser a energia efetivamente geradora de um ciclo de desenvolvimento, jamais poderíamos imaginar que este cenário aparentemente utópico, mas plenamente realizável poderia acontecer com a empresa na mão de interesses internacionais, porque esta matriz eminentemente limpa, ambientalmente desejável e socialmente enriquecedora do nosso povo, não certamente interessarão àqueles que tem o domínio estratégico da matriz que domina o mundo.

Para lhes explicar num exemplo candente, basta que observemos a questão do gás da Bolívia.

Este gás em abundância lá estava disponível, há muito tempo, mas as empresas proprietárias deste gás não tiveram a ousadia ou a coragem ou talvez a questão estratégica de investir no sistema de transporte que trouxesse o gás até nossas terras. Houve a necessidade de uma empresa pública como a Petrobrás, viabilizar e criar as condições necessárias para que então eles pudessem, em contratos efetivamente benéficos a seus riscos, garantirem que nós pudssemos ter gás no Paraná. E mesmo a Copel também se fez presente naquele momento decisivo para que ele pudesse permear pelas diferentes regiões de

desenvolvimento. E hoje nós estamos a falar que construiremos termoeletricas para serem alimentadas a gás da Bolívia ou a óleo diesel.

E as nossas riquezas? E os empregos? E a alegria do nosso povo. Não precisa ser analisada neste momento? Sabemos que as alternativas que se apresentam ao uso da biomassa começam até por resolvermos um problema de passivo ambiental terrível neste Estado. Com as sobras que nós temos em regiões madeireiras do Estado, quiçá, já poderíamos começar um bom exemplo, para não citar o lixo, porque fica um pouco exótico, mas para garantirmos a oportunidade do nosso pequeno e médio produtores terem sua reserva florestal para ganhar dinheiro para transformar em gás, na gaseificação da madeira, e gerar a energia elétrica que todos precisamos.

Este, é, efetivamente um momento não só simbólico, mas acima de tudo de muita cidadania e a discussão efetivamente não passa meramente por termos ou não uma empresa pública ou privada e já que estamos construindo um país da livre iniciativa, que nas áreas estratégicas se pratique a livre oportunidade de negócios em empresas públicas e privadas.

Não seria justo o Estado ter uma fábrica de bala, bala doce de crianças, mas não seria nada injusto o Estado ter empresas efetivamente estratégicas para gerar riquezas para sua gente.

Outras poderiam competir, isto não está proibido.

E como este assunto é palpitante e tem nos ocupado muito tempo às vezes até nos incomodamos com a magnitude das discussões e do problema nós resolvemos então em discussões dentro do CREA-Paraná, viabilizar a realização de um seminário nos dias 14 e 15 de maio na cidade de Curitiba, para discutirmos matrizes energéticas para o Estado do Paraná, com a profundidade que o assunto merece, com a complexidade que os pesquisadores possam engendrar, para nos dar o entendimento, até como leigos, nesse assunto estratégico, mas que pudssemos clarear as nossas consciências. O meu pai me ensinou que ser jovem é olhar para trás, sem remorso, poder no futuro olhar para trás com orgulho, de podermos ter lutado, contribuído para engrandecer esse Estado, que aqui nascemos e que tanto amamos.

Pelo bem dos nossos filhos e das futuras gerações, pelo bem do povo do Paraná, eu aqui faria um apelo, que pudssemos, neste momento, que não representa meramente a venda de uma empresa ou de um domínio de uma empresa, mas que representa acima de tudo as possibilidades de vencermos dificuldades e crises, que não façamos a privatização da Copel.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Conforme o combinado e o entendido entre o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, com os senhores deputados, após a explanação do eminente engenheiro Luiz Antonio, deixamos a palavra livre, pelo

período de três minutos. E o mesmo tempo, também, terá o engenheiro Luiz Antonio, para a sua resposta.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, Pela Ordem.

(Assentimento)

Informo aos companheiros, que havia ajustado com o presidente, que parte do horário seria usado pelo palestrante anterior e a outra parte do horário pelo Ivo Augusto Pugnaloní, que faria uma explanação e, na sequência, haveria as perguntas.

O SR. PRESIDENTE **(Elio Rusch)**

Lembrou bem.

Como não estávamos presidindo o início da sessão, passamos a palavra ao engenheiro Ivo.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Em primeiro lugar, agradeço a oportunidade de estar aqui nesse momento sério, conversando com os deputados do meu Estado. E peço ao Seu Filho, com todo o respeito aos que Nele não crêem, que nos abençoe e esteja, aqui presente conosco, para que ilumine as nossas mentes e os nossos corações, em um momento de tamanha importância.

Nossa palestra vai falar sobre energia elétrica e competitividade. Tivemos o apoio do Instituto Ilúmina, porque nos forneceu dados para a nossa palestra. Vamos fazer algumas reflexões sobre o setor elétrico brasileiro, sobre o mercado internacional de energia, sobre a evolução das tarifas industriais, sobre a privatização e os riscos da competitividade e sobre gestão energética municipal - assunto que interessa de perto aos senhores deputados.

Quisemos fazer uma abordagem mais técnica do que política, mais econômica do que ideológica e mais estratégica do que de curto prazo.

Um breve histórico da energia elétrica no Brasil, vai lembrar aos senhores que, em São Paulo, Rio e outras Capitais, os concessionários de energia eram empresas privadas canadenses, inglesas e dos Estados Unidos. Já nas cidades do interior, vão lembrar os senhores, os concessionários eram pioneiros, pequenos empresários locais. Muitas indústrias gravavam a sua própria energia e vendiam o excedente para a cidade.

Na área rural não havia consumo de energia elétrica. As condições de fornecimento. A energia era fornecida somente em alguns horários, grandes oscilações, os racionamentos constantes, as interrupções constantes, e havia restrição ao nosso desenvolvimento econômico.

Vigorava nessa época o livre mercado, qualquer interessado podia construir usinas e redes elétricas, os governos só davam as concessões. mas é muito importante frisar, as cidades já existiam quando as concessionárias estrangeiras chegaram. Bastava construir as redes e usinas, legando às cidades. O mercado já estava pronto.

Isso é muito importante nós termos idéia, o mercado já estava pronto e já estava criado. Mesmo com toda essa liberdade os concessionários investiam apenas o necessário para manter os serviços funcionando. Não havia preocupação com a expansão.

Por que eles iam investir num País que naquela época era deserto, com baixo consumo, sem boas garantias de retorno desse investimento? Antes de fazer novos investimentos nossos acionistas do exterior desejam receber o que já investiram.

Era essa a desculpa para não investir, e só possibilidades futuras de expansão do consumo não eram garantias suficientes para os investidores, eles não queriam investir em hipóteses. Industriais e sociedade pressionavam, mas o governo, não tem como, isso é muito importante, os deputados que ainda têm dúvida sobre a privatização ou não da Copel tenham isso bem presente, não há na legislação nenhuma forma de obrigar um empresário a meter a mão no bolso e fazer investimento em nada, ele pode assinar contratos, compromissos, etc, mas todos esses compromissos não são maiores do que o direito à propriedade, o direito de ele gerir o recurso dele, e isso aconteceu no passado.

Investir sem garantias? Isso é coisa para o governo fazer. Sob pressão da sociedade, dos industriais em 1954, Vargas criou a Eletrobras. Guardem esse número, senhores deputados, nessa época nossa capacidade de geração era de três mil e quinhentos MW, em seguida vieram as empresas estaduais de energia, o plano nacional de eletrificação, a nossa Copel, a Cesp, etc. Só para dar uma evolução no sistema elétrico do Paraná nesses quarenta anos, vejam: isso tudo foi feito pela Copel.

(Mostra slides)

O Brasil, hoje um enorme mercado, com a maior infraestrutura do hemisfério sul. Essa foto é muito importante, senhores deputados do meu Paraná, vejam, passem a linha do equador ali e reparem como do Equador para baixo não tem luz, a não ser no Brasil, Essa é uma foto de satélite, a soma de milhares de fotos de satélites aproveitando momentos de penumbra e de nebulosidade adequada.

O Brasil é o grande filão de mercado, é a próxima bola da vez e já tem uma estrutura muito boa na área de energia.

No ano 2000 o nosso Brasil, onde ninguém queria investir, é o 10º PIB do mundo; no ano passado foram quinhentos e seis bilhões de dólares. Se nós somarmos as importações, mais as exportações, o nosso comércio é de cem bilhões de dólares. Nós temos cento e sessenta e cinco milhões de habitantes e aqueles 3.500 MW se transformaram em 72.200 MW sob o regime do monopólio estatal.

Essa é a comparação entre 1954 e 2000. Esse é o Brasil do ano 2000, capacidade de geração nossa, 81% é hidroelétrica, e 13% é termoelétrica. Nós estamos acostumados a ver isso, senhores deputados. Se os senhores fos-

sem deputados hoje da Califórnia, e alguém lhes apresentasse esse gráfico, os senhores seriam os deputados mais felizes do mundo porque lá, a hidroeletricidade é só isso aqui. O grande consumo deles é gás, carvão e óleo.

As classes de consumo no Brasil, reparem como a industrial é muito pesada, já temos 43% do nosso consumo industrial, isso quer dizer o quê?

Que, desenvolvido o mercado, agora passou a ser um ótimo negócio distribuir energia, mas eleger a terceiros a decisão de investir ou não, e gerar e distribuir energia continua sendo arriscado quanto no passado foi: quando os concessionários já foram privados em nosso Estado, já existia uma Assembléia Legislativa do Paraná, e se nós formos procurar, haverão centenas de requerimentos de deputados estaduais pedindo as companhias privadas que atendiam Curitiba, que aumentassem a geração, que construíssem mais unidades, que levassem a energia para fora daqui.

Os Anais da nossa Assembléia devem estar cheios desse tipo de pedido. Por quê? Por quê é arriscado? Porque a escassez proposital e controlada de energia elétrica pode significar riscos muito grandes e grandes lucros para alguns.

Vejam esse quadro, esse quadro é uma semana de janeiro na Califórnia, segunda-feira, 15 de janeiro, e aí vai, até sexta-feira, houve um preço-limite, o preço-teto em que foi negociado um contrato na Califórnia, de venda de 866 megawatts/hora no domingo, dia 21, esse kilowatt/hora naquele dia custou 2499 dólares, alguém precisou pagar isso, de certo esse industrial tinha uma entrega para fazer, tinha uma multa muito maior que o fez comprar isso. Veja no sábado, esse preço era de 500 dólares, uma bagatela perto de 2500, não é verdade? Mas o preço normal é 50, 60, mas uma situação de crise, durante toda semana o preço mais baixo foi de 403 dólares.

Isso levou centenas de empresas californianas à falência, criou centenas de desempregos, um grande desemprego. Vamos lembrar que a Califórnia depende muito de eletricidade, escassez controlada proposital. O que é isso? Quem já ouviu falar da OPEP, quem já ouviu falar da diminuição da produção de petróleo, sabe muito bem do que estou falando.

Vejam só, essa evolução dos investimentos públicos e privados do setor elétrico em bilhões de reais, reparem, a partir de 1990, onde tem aquela seta vermelha, como caíram os investimentos, reparem a média anual, antes de 90, 13 bilhões de dólares, depois de 90, 6,7 bilhões de dólares, quer dizer, uma redução de 48% nos investimentos e uma economia “de 6 bilhões de dólares” que nós deixamos de investir.

Em 1990 preparando a privatização o governo aumentou a margem de lucro das distribuidoras em 200%.

Vejam esse gráfico. Mostra a tarifa de fornecimento dividido pela tarifa de suprimento. Reparem como

a partir de 90 o valor da energia comprada dividido pelo valor da energia fornecida é superior a 240%, porque o governo queria vender às distribuidoras e queria atrair capitais para isso.

Vejam também, como ele fez com a tarifa residencial, como ele aumentou a tarifa residencial dividindo pela tarifa industrial, a relação entre as duas como ele aumenta a partir de 1990, prejudicando as residências.

Vejam a tarifa média, residencial, industrial e comercial, ponderada de acordo com aquele consumo que eu mostrei. Vejam como ela aumenta em valor real de 1990 para hoje.

Vejam também a tarifa média de energia comparada ao salário mínimo; a tarifa de energia em branco, em amarelo e o salário mínimo em vermelho, vejam também como coincide com o ano de 1990, uma visão perversa dessa tarifa.

Agora esse gráfico, para os senhores deputados que são de regiões produtivas, que são de regiões, por exemplo, de avicultura, onde haja avicultura, onde haja confecções, prestem bastante atenção nesse gráfico, porque os seus industriais vão lhe perguntar: o senhor votou a favor da privatização da Copel, ou não? Porque eles vão ter grandes prejuízos com isso que os senhores vão ver aqui. Ali embaixo está em vermelho a tarifa industrial, acima estão as tarifas comerciais e residenciais, vejam como há uma diferença bastante grande dessas tarifas.

Vocês vão ver, nas próximas transparências, que as nossas tarifas residenciais hoje superam muitas capitais da Europa; então as tarifas residenciais, não podem mais subir; o mercado não vai permitir isso. Tarifas maiores do que Londres, Nova Iorque, não vão ser possíveis. Os senhores acham que vai ser a classe de consumo que vai sofrer aumento de energia, quando essa empresa, se isso acontecer, para a nossa infelicidade e dos nossos filhos, for privatizada, os senhores têm alguma idéia, senhores deputados?

Vejam, que interessante, tal como no passado, os seus pares, talvez em 1927, 1930, lutavam para que a iniciativa privada investisse em energia, o nosso governo, a partir de 1990, fez tudo o que a iniciativa privada gostaria que fosse feito, para que ela investisse em geração, e ela não investiu, os investidores privados não investiram, não vieram. Em azul está a nossa capacidade instalada. Em vermelho, está a evolução do nosso consumo. Reparem como esses dois eixos se aproximam.

Vejam mais, ainda, a partir de 1990, como a distância se amplia entre consumo e a capacidade instalada. Vejam também o risco, no momento em que nós estamos. O Brasil cresce 5,5% ao ano, no seu consumo, isso é um Paraná, senhores deputados, o Paraná tem 5,5% do consumo nacional, os senhores imaginem que todo ano entra um Paraná novo, com todas as suas fábricas, com todas as residências, os prédios, as fazendas, tudo isso entra no mercado. E como é que o governo estadual, o governo federal, para economizar 6,4 bilhões por ano, que os sen-

hores viram que foi a redução que houve por ano no setor elétrico, deixou de atender isso sem pretender uma escassez controlada proposital? Escassez controlada proposital, eu repito, 6,4 bilhões de dólares, isso, só o Banestado levou, o governo emprestou cinco bilhões para poderem sanear o Banestado, com isso quase que daria para cobrir o investimento de um ano no setor elétrico de todo o Brasil.

A nossa capacidade de geração continua crescendo só 3% ao ano, e se nós tomarmos como base 1980, a capacidade instalada cresceu 220%, e o consumo apenas, 265. E por que é que nós não estamos no escuro, ainda?

Porque Deus existe, é brasileiro, falei com Ele hoje, e Ele me atendeu. Esse computador aqui não queria funcionar de jeito nenhum, na hora “H” não queria passar, eu falei com Ele, e Ele atendeu, eu estou aqui para testemunhar. E por que nós não estamos no escuro?

Porque, graças a Deus e graças à mente dos projetistas, os nossos reservatórios têm capacidade de, de um ano para outro, estocar água suficiente para cobrir as grandes secas. Mas está havendo um desestoque, os nossos reservatórios não enchem mais. Vejam, 1999 em azul, e 2000 em amarelo. Qual é a tendência para 2001?

Não precisamos falar mais, não há mais dúvidas, há quatro anos vinhamos falando nisso, nós, que somos do setor, não encontrávamos uma linha, na imprensa, não se podia falar, foi preciso o ministro Tourinho cair para que se mostrasse as fotos dos reservatórios, e se pusesse a culpa nos coitados que estão lavando carro.

No dia seguinte, no jornal, ah! estão lavando muito carro em São Paulo. Fazendo um parêntese aqui, acho que isso envergonha a nossa imprensa. O reservatório envergonha a inteligência das pessoas, um reservatório não se esvazia de um dia para outro, coincidindo com a queda de um ministro.

O Brasil pode importar nove mil megawatts de energia nos próximos anos, mas as nossas linhas de transmissão do Sul, por onde a energia entra, não têm capacidade de transmitir essa energia, porque também aí os nossos governos de 1990 para cá, trabalhando com a escassez controlada proposital, que pode se traduzir isso aí em lesapátria, e um crime de traição, nem isso eles vão nos dar condições de fazer.

E o que nos espera, é isso aí. E é essa a imagem que vai ficar na memória de muitos brasileiros que não conhecem racionamento de energia. Tenho quarenta e oito anos, conheci, mas os meus filhos nunca viram, eles vão ver, e vão lembrar de algumas “caras” junto com aquelas ali. Faço votos que não esteja a “cara” de ninguém aqui, junto da “cara” daquele cidadão que está ali.

E não é só isso: no ano que vem teremos mais um problema. Além de estarmos com escassez, vai acontecer a desconstrução, senhores deputados. Eu pediria que vocês entendessem bem o que vai acontecer. Acho que a explicação está suficientemente clara. De 1995 para cá estão em vigor os chamados “contratos iniciais”. Pois bem, em 2002 eles perdem o valor. O que são contratos

iniciais? São contratos que vão vigorar de 95 a 2002. De 2002 a 2005 eles começam a perder validade, a razão de 25% ao ano. A partir de 2005 só contratos novos.

Qual é a diferença? Ora! Até agora qualquer aumento de preço da energia tem que ser homologado pela Aneel. A partir de 2002, 25% da energia contratada não precisa ser homologada pela Aneel. Você vai comprar energia onde quiser, pelo preço mais barato que você puder encontrar. Vai acontecer isso. Em verde estão os contratos iniciais. Eles vão perdendo o valor em 2002, até que em 2005 tudo é energia nova, liberada, porque preço liberado, qualquer preço, o preço que você conseguir.

Hoje, a Copel, como vendedora, vende para a Enersul a uma tarifa média de 27 reais por MW/hora. Vejam as tarifas médias residenciais nos EUA: começam com 47 dólares e chegam até 150 dólares. Toronto, 64 dólares. Paris, 75 dólares. Setenta e cinco dólares são 150 reais. A tarifa que os senhores pagam em casa - e não é só a Copel, não, hein?! E todo o Brasil, está na faixa de 220, 230 reais. Nós já estamos pagando tarifa mais cara que Paris. Então, quem é deputado de uma reunião industrial, tem que pensar bastante antes de votar. Mas, tem que pensar com muito cuidado, porque não vai ser possível aumentar tarifa residencial. As empresa vão cair em cima das tarifas industriais. E ainda vão dizer o seguinte na televisão, comprando espaço: no Brasil o povo está subsidiado estes industriais. Nós temos que aumentar a tarifa deles porque isso é uma injustiça. Os industriais estão sendo subsidiados pelos residentes. Só que isto não é bem assim. Eles falam isso aqui. Na terra deles eles não fazem bem assim.

Comparando as tarifas, hoje nós temos as tarifas das hidrelétricas em operação, em verde. Itaipu, que era cara agora ficou barata, na faixa de 30 dólares. E em cinza, sabem o que é aquilo, senhores deputados? Em cinza, na faixa de cem dólares, é o valor a que chegou a energia no mês de julho de 2000 no mercado atacadista.

Mercado atacadista é uma antecipação do que vai vigorar a partir de 2002. Chegou a cem dólares as tarifas de geração, a tarifa de venda. Não é a tarifa ao consumidor final. É a tarifa de compra. E as tarifas, a partir de 2002 não precisarão mais ser homologadas pela Aneel: oferta e procura vão controlar as tarifas.

Já vimos que a classe que vai suportar o aumento com menos desgaste político vai ser a industrial. Agora, vejam só esta equação: esteve aqui o senhor Ingo Hübner a semana passada e nos disse para tentar convencê-los: apenas seis grandes grupos dominam a energia no Brasil. Olhe o mapa e vocês vão ver isso. Então, realmente, as vendas estão sendo muito mal feitas e realmente o governo está permitindo que esta monopolização ocorra em alguns lugares. Seis controladores, livre mercado, escassez de energia e órgão reguladores politizados. Quer dizer que até hoje, a Aneel não conseguiu nomear dois diretores porque eles eram do PSDB e o PFL é que manda na Aneel e até hoje, a Aneel está com três diretores.

É um órgão regulador livre, é um órgão regulador que tem autonomia, eu não acredito, ainda. Isso certamente vai significar tarifas industriais mais caras.

Pois bem, tarifas industriais mais caras um judiciário lento, que você não pode recorrer contra o aumento da tarifa e um Executivo sem nenhuma planejamento estratégico, que dá a impressão que esse Executivo não está pensando nas nossas indústrias, não está pensando no futuro. Vai redundar em quê? Em aumento de custos das nossas industriais!

Aumento de custos é perda de competitividade. Perda de competitividade não é só externo não, é interno também.

Os senhores que trabalham confecção sabem que as confecções chinesas chegam aqui quase abaixo do preço. Perda de competitividade, mais o Mercosul, e mais a Alca, significará a argentinização.

O que é a argentinização do Brasil? É um País de joelhos, é um País outrora altivo, com uma cultura, com um passado reduzido a sombra do que foi. Quem anda pela ruas em Buenos Aires vai encontrar pessoas dormindo em caixotes, dormindo em terrenos baldios e, eles torcendo que a sua moeda vire o dólar.

Isso tudo é coincidência, senhores?

Será que tudo isso é coincidência?

Ou a culpa é de São Pedro?

Não, não é uma grande coincidência. Qual é a nível internacional a tarifa industrial de energia?

Vejam, os Estados Unidos é aquela curva azul, lá embaixo. O Brasil é aquela curva verde.

A Finlândia, que é um país com grande hidroeletricidade, também está lá embaixo.

Quer dizer que o Brasil está junto com os preços mais baixo na área industrial, todos os outros estão mais elevados.

Qual é a tendência? Elevar esse preços, principalmente se nós deixarmos essa empresa e a Copel, eu digo, hoje, que é um obstáculo a venda da Cemig, a venda de Furnas, a venda da Cesp, da Eletronorte.

Eu acho que se nós conseguirmos sensibilizar os senhores deputados aqui, os seus nomes vão ganhar o Brasil, porque vocês terão contribuído para frear, pelo menos por algum tempo, pelo menos para que se estude esse processo perverso.

(Mostra Slides)

Vejam só os que são da região do papel, os que são da região do frango, por exemplo. Nós somos o terceiro maior exportador de frango.

Quem é do Sudoeste sabe como nós trabalhamos à margem pequeninha para poder ganhar a competitividade.

O frango congelado, a participação de energia é de 10% a 15% do preço. Os senhores imaginem se essa energia aumenta 50% do preço, o que dirão os avicultores da região, dos deputados que votarem a

favor disso? Não só os avicultores, as indústrias, o que dirão disso?

Só temos uma saída.

(Mostra slides)

Vou fazer essas perguntas e com isso que eu já falei tentem pensar, privatizar agora ou nunca, não pode ser feito mais tarde isso? Porque é preciso decidir já isso? As leis nos obrigam a vender a Copel?

Os senhores falam isso também? Eu acredito que não, porque os senhores são legisladores e os senhores conhecem a Lei nº 9194 o Executivo pode se enganar na televisão e dizer que nós somos obrigados a vender. Mas, nós somos um estado soberano! Isso não é um quintal! Isso não é a “casa da mãe Joana”!

O que nós temos a ganhar com essa pressa?

Não vejo que haja desvantagem.

Ora, se eu tivesse uma pastelaria. Está todo mundo querendo pastel, se eu segurar um pouquinho vai ficar melhor ou vai ficar pior? Brincadeira!

Está tudo esclarecido, todo mundo está esclarecido para votar segunda-feira, rapidinho, “já vamos votar”. Será? Como é que está a privatização no resto do mundo?

(Mostra slide)

Gostaria que os senhores olhassem esse quadro aqui. isso eu tirei hoje da Internet. Chama-se International Energy Agency, é um órgão vinculado à comunidade européia. WWW.iea.org. Os senhores verão como está a companhia nos países da comunidade européia, padrões de propriedade.

(Mostra slide)

A coluna da esquerda, predominantemente pública; a do meio mista; e, a direita, predominantemente privada.

Ao contrário do que foi afirmado aqui na semana passada, na grande maioria desses países a energia é predominantemente pública.

Austrália, Canadá, França, Grécia, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Suíça e Turquia, predominantemente privada.

A Austrália, na província de Vitória; a Bélgica - que por acaso comprou a Eletrosul - Espanha, o Japão - que está pagando uma tarifa industrial de 200 dólares - e o Reino Unido, que por sinal é a sede da empresa que fez a modelagem energética do Brasil.

Isto é, dizer que o mundo inteiro é privado, é mentira. É não falar a verdade, é não querer conhecer os fatos.

Vejamos o livre mercado no Brasil.

Nos Estados Unidos, temos 3178 distribuidoras de energia. 3000 empresas.

Na Alemanha, 410.

No Brasil, apenas 95. Isso não é livre mercado. 21 delas têm 85%.

(Mostra slides)

O número de concessionários privados nos Estados Unidos é de 239. Só. O número de concessionárias públicas municipais, estaduais e federais é de 2009. O número de cooperativas é de 930 e se dividirmos o patrimônio total delas pela quantidade de consumidores vocês verão que o preço médio do patrimônio de uma concessionária americana é de 2,5 bilhões por um concessionário de 386 mil consumidores. A Copel com 3 milhões, valerá quantos dinheiros? Quantos dinheiros? Trinta?

Gostaria que vocês ouvissem as palavras de Michael Shanes, que é o diretor da Associação Californiana de grandes consumidores de energia. Ele esteve no Brasil no mês de janeiro. Vejam a entrevista:

“Existem lições a serem aprendidas por outros Estados ou países? Sim, importantes lições. Não liberalizem o mercado quando a oferta é escassa, pois não há garantias que o setor privado saia construindo usinas. Não desmantele o seu aparelho regulatório. Assegurem que existem salvaguardas para a possibilidade de que as coisas não funcionem direito. Estruturar o mercado é muito complexo, planeje passo a passo ao desfazer regras de mercado.”

Há uma coisa interessante que ele diz aqui que vale a pena.

“Balanço da Privatização.

Foram vendidas 18 distribuidoras sem geração. Foram vendidas três geradoras, a Eletrosul, a Tietê e a Paranapanema. Falta vender as grandes geradoras de energia e algumas grandes distribuidoras com geração. A CESP, Furnas, Eletronorte e agora, vamos analisar aqui, a Copel.

O governo do Estado decidiu vender.

A Celesc, o governo de Santa Catarina, decidiu não vender e gostaria que esta Casa, se tivesse oportunidade, chamasse o governador Esperidião Amim para vir fazer uma palestra e dizer para nós, porque é que o PTB, porque é que o seu Partido, porque é que a Federação das Indústrias, a Santa Catarina inteira decidiu não vender a sua empresa de geração.

Por que ele pode fazer isso? É porque ele não tem cabelo? Por que o nosso governador não pode dizer que não quer vender agora, que quer pensar mais um pouco, que quer ver, parece que têm coisas importantes que não foram vistas?

A Cemig, o governo do Estado decidiu não vender. Tem que demitir, tem que tirar o senhor Itamar Franco lá para vender, porque ele não vende e acabou. E por quê? Por que ele tem topete?

E a CERG que o governo estadual não vai vender a regional de Porto Alegre, mas os governos estaduais podem decidir quando vender ou não vender suas empresas? É claro que sim! As leis de privatização só autorizam a venda e regulam a forma de vender. Elas não obrigam e nem marcam data para nada, porque não poderiam, porque o patrimônio é do governo do Estado. E a propriedade é sagrada. Se na Europa e nos Estados Unidos o poder público e a iniciativa privada operam ao

mesmo tempo no setor elétrico, por que não podemos fazer o mesmo, pelo menos até conhecermos mais sobre essa matéria? Apenas atravessarmos essa época de escassez, de incerteza, avaliarmos melhor o que vai acontecer em 2001. De onde vem tanta pressa? A sociedade paranaense levou 46 anos para construir a Copel, são precisos bem mais do que 46 dias para estudar isso.

E agora a pergunta que foi feita aqui no Plenário, na semana passada pelo deputado Pessuti e que faço questão que o meu colega, presidente do CREA anote uma denúncia, vou fazer por escrito, mas estou fazendo já: onde estão os estudos de viabilidade assinados por profissionais habilitados - regular e legalmente para isso - que atestam que a Copel deva ser vendida pois deixará de ser lucrativa nos próximos anos? Vou querer fazer uma representação contra a Copel ou a seu presidente, sobre este assunto. Ele mesmo aqui afirmou e está gravado nesta Casa: não existe estudo de viabilidade. Porque na Copel, quando vamos estender um fio de um poste a outro, não fazemos estudo de viabilidade. Só que a Copel estendeu, senhor presidente, milhões de quilômetros de redes de linhas, só que ela nunca foi vendida e, tristemente, na sua administração, que o senhor está fazendo tanta força para vendê-la sem um estudo de viabilidade. E o que diz esses estudos? Eles existem?

A gente espera que para alienar um patrimônio desses, com a importância dessa, existe um estudo. Porque senão, quem vai assinar esse estudo são os senhores deputados, o resto das suas vidas. Esse governador, esse governo vai dizer: “A Assembléia aprovou.” Como está dizendo desde agora e vai mostrar os seus nomes. É lógico que vai ser mostrado por outras pessoas também, mas, principalmente, este governo.

Queria lembrar que aqui pertinho, a Prisão Provisória do Ahú está para ser desativada, a Prefeitura de Curitiba já fez o estudo de viabilidade recomendado porque deve ser vendida a prisão, o que vamos fazer com ela - com 4 ou 5 alternativas. Se para vender uma prisão precisa um estudo de viabilidade, o que dirá para vender a Copel?

Se os ilustres deputados observassem os mapas das áreas de concessão, veriam que as empresas distribuidoras estão sendo adquiridas por 5 ou 6 grandes grupos. Esses grupos terão vantagens sobre a companhia que detiver apenas 7%. Que brincadeira é essa? Nos Estados Unidos não existe 5 ou 6, existem 3 mil empresas, 3 mil empresas - duas mil são municipais, estaduais e federais. Não sei porque aqui tenhamos que nos render e tenhamos que dizer; Não, nós vamos ser dominados por 5 ou 6 xeques.” Prefiro ser dominado pelos xeques da OPEP, que são uns 40, do que ser dominado por 5 ou 6 grandões lá em Nova Iorque. Os argumentos para a privatização da Copel que foram apresentados, aqui, carecem de fundamentação técnica, macroeconômica e estratégica. O governo deveria apresentar estudos técnicos embasando sua decisão e que existem dentro da Tradener que é uma subsidiária da Copel, indicam aumento de consumo e da

demanda, lucratividade crescente, aumento da participação da Copel no Estado. Isso que os estudos que tem dentro da Copel hoje indicam e os senhores deveriam solicitar. O senhor apresente, então. O que tem sobre isso? Se o senhor não mandou fazer, apresente os estudos da Tradener que existem. Apresente os estudos do setor em mercado da Copel, que existem. E é essa realidade que ele vai mostrar.

Não há nenhuma preocupação com a influência da variação dessas tarifas sobre a competitividade da indústria.

Não ouvi aqui o senhor Ivo se referir uma vez à nossa indústria. ele falou da Copel e falou de que nós iríamos vender a Copel, mas ele não falou dos consumidores da Copel. Os senhores repararam isso?

Houve alguma preocupação com a evolução das tarifas, com o que isso iria trazer para nós? Nenhuma! E também estratégica! Não há nenhuma menção a qualquer visão estratégica; tudo se resume a longo prazo, ao curto prazo. As características da postura do nosso governo, até agora, são açodamento, argumentos pouco profundos, indiferença pela opinião pública, que o Executivo até pode ter, mas um legislador precisa dessas pessoas. Está aqui representando essas pessoas.

Pressão econômica sobre os deputados, com liberação de convênios e contratos, uma coisa horrível. Uma coisa que se for levada à Corregedoria, se for levada a apurar realmente se houve isso, isso é proibido. Ninguém nunca fez.

Mas não está livre de qualquer um fazer isso.

Centralização do processo em poucas pessoas. Porque não tem o secretário da Fazenda e tem o presidente da Copel, como os senhores mesmo sugeriram?

Por que centralizar tudo isso em uma pessoa? Um assunto dessa importância? E tentativa de controle sobre a empresa? Outra coisa: Esse anuciozinho dizendo que para pegar um clipe tem que contratar licitação, merece ser tirado do ar. É mentira. O limite de contratações sem licitação da Lei nº 8.666 é de R\$8.000,00 e o clipe custa bem mais barato.

É mentira o que estão fazendo com a opinião pública, tentando mudar a sua opinião. quais são as consequências para os nossos municípios? Perda de competitividade na indústria? menos pedidos?

Menos pedidos, menos compra de matéria-prima no interior. Isso leva ao desemprego. Menos atividade no comércio, recessão.

A Argentina vai vir para o Brasil. E mais, isso é muito importante, senhores deputados. As prefeituras são as maiores consumidoras das suas regiões. Aqui vão começar as boas notícias, para aqueles que querem investir no setor elétrico.

Eu convido todos a investir no setor elétrico. Eu estou investindo, sou empresário privado.

Não vou comprar uma concessionária como a Copel, mas estou construindo várias pequenas centrais hidrelétricas em parceria com empresários das regiões.

Convido vocês a fazerem o que seus avós já fizeram. Nós já tivemos essa indústria no Paraná e precisamos dela, outra vez.

As prefeituras não pagam a conta de energia da iluminação pública dos prédios municipais. Como assim, não pagam a conta? É isso mesmo. Não pagam a conta! Quem paga as contas são os consumidores da Copel!

Isso sempre foi ilegal. A Justiça vem anulando esses contratos em todo o Brasil. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem aconselhado que as próprias prefeituras procurem anulá-los, amigavelmente. Pergunto, os senhores preferem negociar com a Copel isso? Ou preferem negociar com uma empresa privada? Os senhores sabiam que a Companhia de Eletricidade do Ceará foi processada por várias prefeituras daquele Estado, e não pela prefeitura de Fortaleza no valor de vinte milhões de reais? E descobriu-se que a Coelse, naquele jogo da iluminação pública, tinha ficado com esse dinheiro. A Coelse foi acionada e fez um acordo judicial e começou a devolver esse dinheiro para a prefeitura de Fortaleza. Aí, ela foi vendida e a Companhia disse assim: “Olha o acordo está rompido, vão à Justiça, se quiserem”. Tenho certeza que os seus prefeitos preferem negociar com a Copel essa questão.

Quer dizer que vai ter mais uma conta para a prefeitura pagar? Vai ter sim. E bem salgada. Os consumidores não vão mais pagar. E de quanto? Nas tarifas atuais, um meio por cento do orçamento. A partir de 2002 pode passar de 2,2. Isso é muito ou é pouco? É muito. A educação em média fica com 11 e a saúde com 1. Os senhores vão querer dar uma despesa de 2,2% a mais no orçamento de suas prefeituras? Acho que não.

Acho que não é bom. O que é que nós podemos fazer?

Em primeiro lugar, analisar as soluções que outros municípios já adotaram com sucesso.

Prefeitura de Poços de Caldas, por exemplo, tem 4 usinas. Aqui tem só 3. Uma usina de 4 megawatts, 1 de 0,8 e uma de 16,5 megawatts.

Esta aqui de baixo dava para atender metade da iluminação pública e dos prédios públicos de Curitiba. Aqui na cidadezinha de duto Pedrinho, Santa Catarina, uma cooperativa, nossa cliente, dois megawatts. Uma PCH é uma coisa muito simples que não inunda área quase nenhuma e é muito fácil de ser construída. Ela é definida se tiver potência igual ou menor que 30 megawatts e a área do reservatório for menor que 3 quilômetros quadrados. Se ele entrar em operação antes de 31 de dezembro de 2003 ela estará isenta de tarifa transporte, quer dizer, podemos construir em Mato Grosso, onde quisermos e não pagarmos o custo da tarifa de transporte.

Em segundo lugar, nós podemos levar à sociedade este problema e as propostas de solução - PHC's ganharão mais na venda, família de fazendeiros comprará 200 megawatts, e aqui eu quero dar um elogio ao senhor Jaime Lerner, como ele acertou quando no final do ano

criou o Progredis - Programa de Geração Distribuída do qual o deputado Rossoni é, inclusive, um empresário atuante que tem lá, parece, três termoeletricas.

Convido todos a participarem. Este é um programa muito bom da gestão, devia se aumentar o número de megawatts que a Copel iria garantir a compra. A solução pode ser uma empresa de geração de energia no seu município, como era antigamente.

Vocês já imaginaram aquele mercado do Brasil inteiro com essas 18 concessionárias privatizadas pagando um fortuna e nós aqui no Paraná com energia barata porque a Copel é nossa, porque as PCH's nós é que construímos, fizemos como os nossos pais pioneiros fizeram, a quantidade de indústrias que nós iríamos atrair para cá? Por que é que numa época de crise temos que nos jogar juntos com o boi carreiro? Temos que nos jogar no abismo? É preciso alguém parar a manada e dizer não, aqui eu não vou passar, eu não vou cair onde todo mundo está caindo, eu tenho Paraná na mão.

O meu colega que me antecedeu falou bem do nosso potencial: a Prefeitura pode se tornar um alto produtor gerando energia para os prédios municipais, iluminação pública, economizando aqueles 2,2%. Elas não geram danos ambientais porque têm pequenos reservatórios e possibilitam outros empreendimentos como a piscicultura. Lembrar que na Itália, Áustria, Alemanha, Estados Unidos, os municípios são grandes geradores de energia, nós temos que lembrar disto. O prazo de retorno de investimento é menor do que quatro anos, o BNDS financia até 80% do custo em dez anos, a tecnologia já é denominada por várias empresas no país.

Os maiores potenciais, disse o seu Ingo, e é verdade, somam três mil e quinhentos megawatts, mas os potenciais menores que dez megawatts já somam 6 mil e 500 megawatts, mais que outra Copel, espalhadas por todo o Paraná, senhores deputados, com custos baixíssimos, em torno de 500 mil a 750 mil dólares por megawatts instalados.

Mas, atenção, a Copel tem o registro de boa parte dos melhores aproveitamentos do Paraná em PCH's. Vendendo-se a Copel estes direitos irão juntos com a venda e os municípios vão ficar impedidos de copiarem o que se faz na Itália, na Alemanha, na Áustria e aqui, vejam se isto fosse mal negócio, vejam dados da Aneel, de 1998 a 2000 a evolução da potência total de projetos de PCH's aprovados pela Aneel - só no ano 2000 foram 500 megawatts, metade da Usina de Segredo, quase, em um ano aprovado. É este o caminho que temos que seguir.

Nossas sugestões a esta Assembléia são encomendar para entrega num prazo de 120 dias os seguintes estudos, a Assembléia pode encomendar estudos, a Assembléia tem este poder - primeiro, projeções de mercado para 2001 a 2010 - sugiro consultarem a Tradener que é uma empresa da qual a Copel tem 51% e mais outros empresários privados ou qualquer outra comercializadora; já tem 28 comercializadoras no Brasil.

Um outro estudo sobre tarifas de energia e competitividade da indústria paranaense, pode encomendar ao Iparde, ao Sebrae ou uma consultoria privada. Cenários estratégicos resultantes da manutenção da Copel sobre o controle público - quero ver este estudo, tarifas no resto do Brasil, lá onde o diabo gosta, tarifas no Paraná onde os paranaenses querem. Resultado: um Paraná forte, uma luz na escuridão, um farol atraindo novas indústrias ao invés de mandá-las embora. E apresentar, senhor presidente, um pedido ao governador, para suspender o processo de venda da Copel como está, até a conclusão desses estudos da Assembléia, por uma questão de equanimidade de respeito aos Poderes.

Nossas sugestões: estimular as Prefeituras e Câmaras de Vereadores a promover encontros regionais, para estudar essas oportunidades, porque nem tudo foi ruim na privatização do setor elétrico - na nova regulamentação tem muita coisa boa, que tem que ser aproveitada. Abertura de mercado, somos completamente a favor disso. Os recursos do BNDS devem servir para financiar novas indústrias geradoras, e não para financiar os grupos estrangeiros a comparem as nossas existentes. E é isso que infelizmente ele vem fazendo. Os senhores verão que se forem vender a Copel vão buscar dinheiro do BNDES, para comprá-la.

Que história é essa de trazer capital privado? Esse capital deveria estar fornecendo investimentos para novas usinas, para nós investirmos e para quem quiser, ter peito e acreditar nesse Estado e pode investir e não ficarmos tolhidos.

Aqui, notícias que me chegaram pela Internet do n.d.news, da Escola Federal de Engenharia de Itajubá - quem quiser, depois eu dou o e-mail. Segue em queda o nível de água dos reservatórios do País, Petrobras construirá térmica sem sócios. Mais uma vez construir a Petrobrás? Califórnia está em estado de alerta de energia lá - não acabou o seu pesadelo; Nova Iorque pode sofrer falta de energia elétrica; E aqui embaixo a afirmação maior de soberania de um País: Estados Unidos abandonam acordo global para não perder a competitividade.

Por mais que possamos repudiar, do ponto de vista da preservação ambiental, do Protocolo de Quito, Bush teve a coragem: Não vou assinar o Protocolo de Quito, porque vou quebrar minha indústria. Porque ele terá que mudar a matriz energética. Ele terá que deixar de emitir poluentes. Ele não pode fazer isso de uma hora para outra, sem quebrar a indústria dele.

Por mais que eu não concorde com ele do ponto de vista ambiental, concordo com a postura do estadista, que está pensando no País como um todo e que enfrenta com coragem, como o nosso governador deveria fazer às imposições dos grandes grupos, do FMI, do senhor Fernando Henrique. Porque senão a sua imagem e de quem estiver com ele ficará comprometida para sempre. Toda vez que a luz cair alguém vai lembrar do deputado da região e do governador. Toda vez que um frigorífico perder a carga, vão lembrar - pode até não ser verdade -

que no tempo que a Copel não era privada isso não acontecia. Quem é que fez? Foi o deputado. Toda vez que alguém ficar preso no elevador, vão lembrar: A minha filha está presa no elevador. Foi o deputado. O meu filho estava na mesa de operação e morreu. Foi o deputado.

Aqui, o “grand finale” - às vezes me revolto com isso, mas é uma missão: estou cansado de bancar o profeta Isaías, de pegar os sinais do céu e avisar o rei, o faraó: Não faça isso, vai dar errado! Desde 1.972 eu faço isso no Brasil. Já fui preso, perdi emprego federal de professor. O que eu já perdi por causa disso... e não muda a minha maneira de ser.

Está aqui: distribuidoras querem aumento de energia. É um aumento anual previsto em contrato, do IGPM? Não. As distribuidoras de energia querem reforçar essa quarta-feira, audiência na Aneel os pedidos de revisão tarifária extraordinária. Os senhores querem assinar um cheque em branco, para essas distribuidoras de energia, deputados? Tenho certeza que não. Se os senhores perguntarem em casa, a sua família vai dizer: Não faça isso! É uma loucura! Deixe o governador assinar sozinho.

Desculpem a minha efusividade e se falei ao decoro nesta Casa. Acreditem que falei o que está dentro do meu coração. E não falei vendo nenhum dos senhores como inimigos, nenhum dos senhores como uma pessoa que está do outro lado. Eu falei como falaria para qualquer pai de família: pensem no que vão fazer, pensem bastante, porque isso não tem volta.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Queremos convidar o engenheiro Ivo para que faça parte da Mesa, para que nesse instante possamos dar início às perguntas dos senhores deputados, e logo em seguida a resposta que poderá ser dirigida a qualquer um dos dois engenheiros.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queremos registrar a presença de inúmeras autoridades, aqui, autoridades que têm nos acompanhado nesta caravana em favor do Paraná, em favor da Copel. Especialmente queria citar a presença do nosso grande líder espiritual, Dom Ladislav Bierneski, arcebispo aqui da Região Metropolitana de Curitiba, e que ao longo da sua vida tem estado sempre ao lado do povo, ao lado das causas sociais, e é uma honra muito grande para todos nós tê-lo aqui presente juntamente com as demais lideranças.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem de inscrição, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores palestrantes.

Em primeiro lugar, queria cumprimentar os dois, mas em especial a presença daquela autoridade maior nesta Casa, que foi referendada por um de vocês, que é o

nosso bom Pai, que empresta a nossa vida e nos dá a faculdade da nossa inteligência. Então, é por Ele que iniciamos agradecendo esses dois paranaenses, brasileiros que aqui vieram expor tão brilhantemente as suas posições nesse episódio referente à privatização da Copel. Mas queria também, além de cumprimentar, formular uma pergunta que não tive a felicidade de obter a resposta do doutor Ingo, presidente da Copel.

Indagava eu naquela tribuna, que não a frequento, mas ali estive demonstrando que a Copel não é da Situação e nem da Oposição nossa, mas é sim do Paraná, que é nosso. Eu indagava Sua Excelência o presidente da Copel, qual seria aquele estudo de viabilidade que seria apresentado por ele que daqui há quatro anos a Copel perderia a competitividade do mercado e não teria a sua sobrevivência assegurada. Junto com a nossa pessoa, o ilustre deputado Orlando Pessuti também assim referendava aquela pergunta. E não tivemos e não obtivemos a resposta.

Queria nesse instante, que as duas pessoas, ou qualquer uma delas, respondesse ao Paraná se é verdade ou é uma falta de verdade de Sua Excelência o presidente da Copel, que nos próximos quatro anos vamos perder a condição de competir no mercado da energia elétrica do nosso país, e principalmente aqui do Paraná?

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Vou responder com uma pergunta: uma faca, deputado, bem afiada, na mão de um meliante pode matar, na mão de um médico pode salvar.

A Copel, daqui há quatro anos, dependendo da direção que ela tenha, poder ser a melhor, a mais lucrativa, mais reconhecida pelo seu povo, mais eficiente companhia de energia desse País; não estou falando só para ganhar prêmio da Aneel, estou falando em ganhar mercado. Sabe por quê, deputado? Porque hoje essa empresa que não vai ser competitiva está vendendo energia para a Volkswagen em Taubaté, na sua fábrica de veículos, 70 megawatts; para a Cabocloro em Santos, vende 170 megawatts e para o Grupo Odebrecht, vende 17 megawatts; 267 megawatts, 5% do que temos capacidade instalada estão vendidos por essa empresa pouco competitiva lá fora do Paraná, representando 12% do faturamento.

Quer dizer, nós, paranaenses dessa empresa pouco lucrativa, fatura 12% lá fora, e sabem na terra de quem? Na terra dos famosos, grandes competidores, muito esportos, muito sabidos, nós fomos lá, nossa Tradener foi lá e vendeu a energia, nas barbas dos americanos, ingleses e portugueses.

Então, respondo à sua pergunta: é mentira, é mentira que a Copel vai falir, porque inclusive essa conversa, já escutamos três ou quatro anos atrás, e ela esta cada vez melhor!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço e cumprimento mais uma vez, pela clareza da resposta que não obtive do presidente da Copel.

Meus parabéns aos dois palestrantes, uma vez mais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra ao senhor deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, gostaria de cumprimentar aos nossos palestrantes, o engenheiro Ivo Pugnali e o doutor Rossafá, meu colega de profissão, pela explanação que aqui fizeram.

Aqui o presidente da Copel, entre várias afirmações que fez, disse que, além de afirmar categoricamente que a Copel não seria competitiva, que certamente a Copel, como estatal, poderia fornecer daqui a algum tempo, energia mais cara, tendo em vista sua dificuldade, por causa da burocracia. E, se privatizada, disse ele, nós poderíamos ter energia mais barata, com certeza absoluta, é porque são quatro, cinco empresas que controlam; nós poderíamos ter essa energia mais barata colocada à disposição da população do Paraná, coisa que hoje não é possível se garantir, se permanecer a Copel como estatal.

Gostaria de perguntar aos palestrantes, em primeiro lugar: nós temos hoje um diferencial de cobrança da tarifa de energia para o setor rural, e quando da discussão da privatização da Telepar, falamos o seguinte: vão fechar os postos de prestação de serviço, e vejo aqui, companheiros nossos, deputados, que, no momento em que, colocam a sua opinião favorável à venda da Copel, colocam à Mesa, para aprovar requerimento à Copel, que não feche os postos de prestação de serviço, em municípios pequenos e médios do nosso Estado. E, gostaria de saber dos palestrantes o seguinte: hoje, as empresas que foram privatizadas, a Aneel, já forneceu a possibilidade de que eles tenham aumento na tarifa, e esse aumento na tarifa não é aumento de custeio, até porque diminuiu o reservatório, como se estava falando, estão pegando o aumento na tarifa para investir na geração, coisa que deveria ser garantida pelas empresas que vão obviamente obter.

Acho que no único lugar do mundo, como é o caso aqui, uma empresa do valor da Copel, de cerca de 12, 13 bilhões, em que 5, 10 anos, é capaz de se pagar com lucro líquido que tem.

Então, gostaria de perguntar se nós vamos ter uma energia mais barata, se é realmente uma assertiva, real, de que privatizando a Copel vamos ter uma energia mais barata, ou, poderá ser o contrário.

E, ainda mais, como ficam os nossos agricultores de todo Paraná, que hoje têm 45% de subsídio, de diferença do preço de energia, fora o ICMS de 25%? Então, se isso vai permanecer, com a iniciativa privada, é possível que isso venha a realmente se alterar.

Gostaria de ouvir esse esclarecimento, e desculpe por me alongar no tempo, senhor presidente.

O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFA

Nós que trabalhamos no campo da engenharia, os números nos fascinam muito, e o raciocínio lógico sempre acaba invariavelmente para o engenheiro, passando por uma regra de três.

Mas, os engenheiros agrônomos, em especial em homenagem ao deputado Zucchi, têm uma predileção muito grande, não só pela regra de três, mas, pelo bom senso. E, nos parece que todo o cenário, e todos os argumentos que se apresentam, não fundamentados em números, muito menos em uma regra de três, se fosse o caso, e ainda nem atinando, para que pudéssemos exercitar no uso da razão o bom senso, nos impõe acima de tudo uma grande interrogação, e o cenário efetivamente de construção não tem lógica para que possamos passar de domínio da sociedade paranaense, a geração, distribuição e comercialização de energia com vantagens, e mesmo os investimentos que possam neste setor serem auferidos, mesmo que tenhamos neste cenário a possibilidade de construirmos hidrelétricas, com o setor privado, não terão as mesmas facilidades do setor público, os custos efetivamente são maiores, até junto às comunidades na busca de negociações, as ações compensatórias serão efetivamente valorizadas. E o cenário que se apresenta sem um estudo concreto, para nós da engenharia, acima de tudo é um desrespeito.

Nós, sem estes números, sem estudos com responsabilidade técnica identificada, não que crie cenário, mas que nos dê a oportunidade de uso da razão, para que não possamos aceitar uma mentira, me parece fundamental.

Nós estamos decidindo como disse no ciclo econômico a ser conquistado ainda, nós estamos decidindo o futuro dos nossos filhos/netos e de tantas gerações que advirão nesse Estado.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Eu respondo assim: as nossas usinas estão sendo pagas e já foram pagas em grande parte: na medida em que o tempo vai passando elas vão deixando ao custo de geração dessas; vai baixando. Só que as novas usinas terão que ser construídas por preços novos e todos os projetos trazem custos mais elevados. Então, é muito difícil que haja uma baixa de energia.

E aliás, me lembro que o presidente Ingo, da Copel, no dia 22 de novembro de 2000, se não me engano, em Foz do Iguaçu, num seminário, afirmou que a energia iria subir para 65 dólares a tarifa média. Dois ou três meses depois saiu um edital da Copel, passou a dizer que ia baixar, agora parou de falar que vai baixar porque veio a escassez e o racionamento seria loucura.

Então agora, parece que o argumento é falta de caixa.

Eu estava em Ponta Grossa outro dia, não tinha dinheiro para a gasolina dos veículos policiais, eu não acredito nisso.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Apenas para agradecer a participação aqui dos nossos palestrantes e nós que aqui ouvimos, nós que somos contra a venda a Copel, ouvimos aqui as explicações do doutor Ingo, realmente vamos esperar que esses argumentos aqui colocados possam causar uma reflexão maior nesta Casa, porque acredito realmente o seguinte: olha, o orçamento do Estado do Paraná, nem sequer chega perto, o orçamento anual, àquilo que está sendo negociado ou que está negociado com relação à Copel, é um negócio de grande vulto, é um setor realmente estratégico e eu acho que mais do que apelar aos nossos companheiros deputados uma reflexão, realmente temos que pedir a Deus mesmo, que ilumine a todos nós neste momento porque é uma decisão sobre a qual todos nós teremos responsabilidade com o nosso Paraná.

Eu voto com a consciência tranqüila contra a venda da Copel, porque Deus queira que daqui um ano, dois anos, não seja eu cobrado por algo que esteja acontecendo no nosso Paraná, e por termos entregado não a usina, mas o rio que ninguém construiu no Paraná, que foi dádiva de Deus.

Muito obrigado!

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Na minha apresentação eu estava chamando a atenção para esta questão que o senhor tocou, faltou ali uma transparência.

Vejam que curioso, o poder concedente no Brasil é a União, ela é a dona dos potenciais hidráulicos. O proprietário da terra é dono da terra em volta do rio, mas o desnível do rio é da União.

A Copel estatal hoje requereu, à Aneel, o estudo de vários desses rios, e requereu vários registros de projetos básicos. Isso talvez tenha um valor maior hoje do que a própria Copel, porque o futuro são usinas próximas do centro de consumo e que serão vendidas, os direitos e deveres também.

Então, o presidente Rossafa nos falava: “Nós podemos estar vivenciando um novo ciclo de riqueza”. Como nós já tivemos o ciclo da madeira, o ciclo da erva-mate, o ciclo do pinheiro, do café e, agora, temos o ciclo da energia, que no Brasil vai faltar e que aqui vai ter. Nós temos que nos atirar junto e guerrear com São Paulo. Não é esse o caminho. Nós temos que abrir mão dessa riqueza?

Eu fico imaginando a Assembléia Provincial reunida aqui, talvez a alguns quilômetros daqui e vindo uma ordem do presidente da Província: “De hoje em diante, as ervateiras do Paraná tem que fechar. As ervateiras tem que ser operadas por ingleses e americanos que tem muito mais conhecimento, porque vai ficar inviável essa história de vender erva-mate”. Aonde é que estaria-

mos, se os nossos deputados daquela época tivessem pensado nisso?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, doutor Rossafa, doutor Ivo, é um grande prazer tê-los nessa Casa.

Vou, antes de mais nada, dar uma notícia aos senhores, que nós tivemos hoje à tarde, a confirmação de que o Senado na sua Comissão de Constituição e Justiça aprovou por unanimidade o projeto do senador Roberto Freire, que proíbe a venda da geração e da transmissão. Um projeto recém-entrado rapidamente aprovado pela Comissão de Constituição, que vai agora para a Comissão Econômica e nós acreditamos que o bom-senso dos senadores vai aprová-lo rapidamente.

Da mesma forma propusemos aqui no Estado a proibição da venda da geração e da transmissão, por serem na nossa visão, setores estratégicos.

Perguntei ao senhor presidente da Copel, o senhor Ingo, quando aqui esteve, que valores econômicos têm estas parcerias que a Copel possui? E são muitas as parcerias, desde a área de telecomunicação com a Sercomtel e passam por uma série de outras obras na área de energia. Confesso que não sei valorar. Não tive e não obtive essa resposta. Apresentei novamente a formulação por escrito.

Da mesma forma o senhor apresenta aqui que só a distribuição dá 300 mil pontos; valeria algo em torno de 2 bilhões de dólares, ao passo que nos temos no Paraná hoje, servindo, cerca de 3 milhões e um pouco.

Bom, gostaria de dizer o seguinte; Existe alguma forma, por que me parece que até hoje se fala em venda, mas ninguém valora o que se vende. Fala-se em 9, 12, 4, 5, enfim existe alguma forma de nós termos pelo menos uma noção de valorar isso? Ou será que nós estamos dando um cheque em branco para que se venda algo que nem se sabe quanto vale? Fora a visão estratégica do Estado! Fora toda a outra visão!

Há pouco o doutor Ivo colocava que o governo hoje coloca claramente que há necessidade de suprir o Fundo de Previdência. Fiz a mesma pergunta e os senhores também não souberam me responder. Quanto o Fundo de Previdência precisa para ter o seu equilíbrio econômico e financeiro?

Acho que essa é uma preocupação também de todos os paranaenses.

Agora, confesso aos senhores que fica muito difícil, quando não se sabe valorar e não se sabe chegar ao que se pretende vender.

Então, gostaria de saber se os senhores têm pelo menos uma noção disso, ou podem nos dar algumas noções a respeito desse assunto.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Deputado, a sua proposta eu acompanhei a vez passada quando estava aqui o doutor Ingo, achei muito pertinente a sua pergunta, porque se formos levantar a participação acionária da Copel, em outras empresas, e essas empresas devem ser vendidas com cuidado, porque são empresas, todas, de valor estratégico.

Quanto vale o anel de fibras óticas da Copel?

Como ele está, vai valer só, uh! Vai fazer a conta um metro de fibra.

O SR. MARCOS ISFER

Vai ser brinde na venda.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Sim, mas veja bem, o valor dele hoje é o custo unitário do metro vezes o número de metros. Agora, e o valor estratégico daqui a um ou dois anos?

Se isso for vendido convenientemente, pode alcançar valores muito maiores. Se fosse seu patrimônio ou meu patrimônio, nós saberíamos bem como vender.

O SR. MARCOS ISFER

Mas é nosso!

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Pois então temos que cuidar dele.

Com relação àquele valor patrimonial, eu queria ressaltar que nos Estados Unidos há um consumo por quilômetro de linha, muito maior. As redes são mais pesadas, são redes maiores, mas como disse o Rossafa, nós engenheiros, fazemos contas muito rápido, e fazemos aquela “Regra de Três”, os senhores viram que deu mais de 15 bi., se fosse o mesmo tipo de rede.

O Sindicato dos Engenheiros, o colega nosso, fez uma conta do patrimônio, contabilizou todo o patrimônio. Chegou a 14.3 bilhões.

Agora, eu perguntaria para o senhor, se o senhor fosse dono da loja MacDonalds no centro de Curitiba, se o senhor fosse o gerente daquela loja e colocasse um anúncio: “Vendem-se três balcões frigoríficos, quarenta mesas...” iria para o olho da rua, porque ali você tem que vender o quê? O ponto, a tecnologia, a marca. Não está lá na Barreirinha. Está lá na Rua XV. Ali não tem um nome qualquer. Está escrito: “MacDonalds”.

Não está escrito: “Light”.

Está escrito: “Copel”.

A Copel é a primeira concessionária em qualidade.

Tenho certeza que o nosso governador vai ainda ouvir a voz, inclusive dos senhores deputados e vai desistir desse projeto que vai macular o seu currículo, vai deixá-lo numa situação que eu não gostaria de estar nunca, nem deixar para nenhum inimigo meu.

Quanto ao Fundo de Pensão, é claro que temos que nos preocupar com o endividamento da folha. O governador tem razão em se preocupar com o comprometimento da folha com os inativos. Agora, para a constituição de um Fundo, qualquer cálculo atuarial vai mostrar isso.

Não é preciso você pegar um bilhão ou dois bilhões e colocar isso tudo, porque senão, vai quebrar. As pessoas não morrem todas de uma vez e nem se aposentam todas de uma vez. Que se criasse um mecanismo de criar esse Fundo, por exemplo, vendendo as...

Discordo da sua opinião, deputado, quanto às distribuidoras. Me desculpe. Vamos avançar. Vamos vender esses penduricalhos da Copel. Acho que dá uns 300 ou 400 milhões. Se o senhor somar a isso, 400 milhões da Renault, por que vamos vender a Copel e estatizar a Renault? Não entendo isso. Tem mais 100 milhões da Chrysler! Se nós fôssemos procurar mais algum patrimônio que o governo tenha, podíamos construir um belo valor de Fundo, para começar.

O SR. MARCOS ISFER

Pergunto esse valor, porque só a Sercomtel, a Copel recentemente para comprar, pagou 186 milhões.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Acho que o governador, ouvindo uma comissão de deputados da sua base, amigos do peito, que estão com ele desde o começo, quem sabe... não têm!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero agradecer a presença do senhor Ivo e do presidente do Crea e também muito nos orgulha a presença de doutor Ladislau e demais entidades que estão aqui presentes hoje.

Nos entristece um pouco a deselegância, e peço desculpa em nome de todos os deputados da Assembléia Legislativa, com que alguns deputados que fazem parte da base do governo, que não estão presentes, retiraram-se para não participar do debate a respeito da privatização da Copel.

Não farei nenhuma pergunta. Quero apenas comunicar de uma reflexão a respeito do que estamos vivendo no Paraná. O presidente da Copel veio a esta Assembléia e trouxe dois motivos essenciais para debater a questão da privatização da Copel. Um deles já foi discutido e questionado, que é a questão técnica, dizendo que todo setor elétrico brasileiro vai ser privatizado, e que a Copel, por ser estatal, não terá condições de competir. Hoje, mais um fato acontecendo no cenário nacional, com aprovação no Senado Federal, demonstra suspeitas e a realidade do racionamento da crise do setor energético brasileiro referenda as suspeitas de que as principais geradoras de energia elétrica do País não serão privatizadas. Os nordestinos não permitirão, ainda mais no quadro em que estamos, que a CHESF (?) seja privatizada. O sistema Furnas, a mesma coisa. O sistema de geração de energia de outro grande Estado gerador, que é Minas Gerais, não será privatizado, que é a CEMIG, e que também compõe Furnas.

O Senado Federal, preocupado com o problema da energia elétrica do Brasil, do agravamento da crise, está hoje demonstrando politicamente que quer redire-

cionar uma política de abertura do mercado tal qual como se deu há seis anos atrás, com a lei de desregulamentação. É um sinal basilador, que vai da base para uma mudança. Aprovado por unanimidade pelos senadores.

Mas, de nada adiantam estes argumentos. O governo está prisioneiro, no meu entendimento, de uma outra lógica, que é a essência da argumentação do senhor Ingo Hübert, aqui no Plenário da Casa. Segundo as palavras do presidente da Copel, a essência da privatização da Copel é para resolver um problema estrutural do Estado do Paraná.

Qual é o problema estrutural do Estado do Paraná? É o pagamento dos salários dos aposentados, que hoje consomem perto de 90 milhões do pagamento do ICMS, na folha. Se privatizar a Copel e colocar três, quatro, bilhões, porque estes números não nos deram, até hoje, de qual é o cálculo atuarial que precisa para constituir um fundo de Previdência que garanta o pagamento dos aposentados do Estado do Paraná, pelos próximos dez anos. Isto é resolver o problema estrutural do Estado do Paraná. Não existe este cálculo atuarial. E de lá para cá o governo lançou mão dos royalties de Itaipu, durante 25 anos, royalties estratégicos para o desenvolvimento do nosso Estado. Os próximos governadores não terão estes recursos, que foram alocados neste Fundo de Previdência.

Foi feita a compensação financeira dos 50 mil celetistas que foram passados a estatutários, o INSS, o ministro do INSS veio aqui para fazer a compensação, anunciou a compensação e este dinheiro está no Fundo e nem a sociedade paranaense e nem os funcionários não tem, até agora, a transparência de onde é que está este fundo.

Pois bem, eu pergunto e vamos deixar esta reflexão para toda a sociedade civil organizada presente, aqui, hoje. Suponhamos que o governador seja um homem bem intencionado. Temos que partir desta suposição. Se bem que, o Paraná quando o governador Jaime Lerner, este homem que Curitiba conheceu e até mesmo não sendo o título que detém, porque é arquiteto, mas foi sempre cantado em prosa e verso na imprensa da nossa cidade como engenheiro da esperança, engenheiro do futuro. Este homem, quando começou a governar nosso Estado, pegou a Empresa Paranaense de Energia Elétrica com 82,3% do controle acionário das ações da Copel.

Hoje, a Copel na mão do Estado tem 31%. Em seis anos de governo, do ponto de vista estratégico, aonde foram parar os 51% das ações da Copel, revertidos em dinheiro, até hoje? Do ponto de vista estrutural, do ponto de vista de alavancar investimentos para o Estado do Paraná, para as gerações futuras. O que me preocupa é a seguinte constatação: os 3 bilhões podem ir até para o Fundo de Previdência. Imaginem os senhores, não é uma solução estrutural. quando o primeiro governador do Estado, depois do Jaime Lerner, diante de uma dificul-

dade financeira e se usar os mesmos métodos, a mesma prática, a falta de transparência, e os mesmos argumentos que está usando para convencer os deputados que não estão aqui hoje, pode, com 28 votos, buscar esse Fundo de Previdência e lançar mão desses 3 bilhões. O Estado do Paraná fica sem o fornecimento de energia, sem uma empresa que desenvolveu o nosso Estado, sem condições de competir com os outros Estados, sem a geração. E o que é pior de tudo, novamente nós correremos o risco de que o salário dos aposentados e os pecúlios estejam consignados na folha da receita e da despesa do ICMS do Estado do Paraná. Comprometendo novamente a nossa capacidade de investimento.

Para terminar a mim não resta outra alternativa. E a minha impressão que fique como uma contribuição para reflexão dos senhores deputados, que são contra a venda da Copel, e para a sociedade civil aqui organizada. Não nos resta outra alternativa, a não ser levar esse debate para as donas de casa, levar esse debate para os terminais de ônibus, levar esse debate para as ruas. Não como fizemos até agora, porque talvez seja necessário colocarmos 50 mil pessoas na frente do Palácio Iguaçu, para dizer o seguinte ao governador Jaime Lerner: não cometa esse grave erro para o futuro do Estado do Paraná, não deixe que a luz que bate forte no coração dos paranaenses pare de brilhar.

Governador Jaime Lerner, o senhor não tem o direito e apagar essa luz!

Talvez seja essa a nossa única chance. E essa nós não podemos largar mão.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Como o deputado Ângelo Vanhoni, fez uma pergunta, nós passamos para o próximo deputado, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Em primeiro lugar, quero saudar os dois palestrantes, e dizer a eles o posicionamento que venho tendo já de muito tempo. Uma posição histórica. Eu gostaria de ter tido a sua companhia, doutor Pugnali, lá em Brasília, quando na legislatura passada eu era deputado federal. Votei contra tudo que aí está. Mas o rolo compressor do governo federal, do modelo econômico que foi implantado com o presidente da República nesse País, determinou que as coisas acontecessem desta maneira. Então, é um programa econômico, um projeto econômico, da chamada globalização massacrante, que acaba com todos os fracos, os oprimidos, que vem acontecendo no nosso País. E vem lá de cima.

Quero dizer o seguinte: já fiz essas colocações ao doutor Ingo Hübert, inclusive fiz nesse Plenário. Não sei se o senhor estava presente neste dia, mas tive oportunidade de fazer hoje a mesma colocação ao doutor Mauro, secretário de Energia do Estado de São Paulo, que estava fazendo uma palestra na Associação Comercial do Paraná. Fui convidado, lá estive, ouvi toda a

explicação para posteriormente fazer a minha colocação. E lá o doutor Mauro colocou o que São Paulo vendeu. São Paulo vendeu praticamente tudo. E venderá no dia 10/05, está marcado, a venda da geração dos 7 mil e poucos megawatts, que restam ainda ao Estado. Tendo em vista que 2 delas, uma delas tem um fator regulador de enchente de São Paulo, e esta não seria vendida. E para dar um dado aos senhores: A geração em São Paulo foi vendida na média, pelos cálculos que fiz de acordo com as transparências que foram passadas, na faixa de um milhão de reais por megawatts. Então, a última parcela que será vendida em São Paulo, da geração, eles têm sete mil e quinhentos mil megawatts para serem vendidos, então eles pedem um bilhão e pouco de reais de preço mínimo e quem comprar leva uma dívida de sete bilhões e pouco. E para ficarmos na média, a geração está valendo em torno de um milhão de reais por megawatts, certo.

Então, eu fiz essas colocações para ele, fiz as colocações da Copel, da competência que tem a Copel, que tem os seus técnicos, do privilégio que nós temos de ter o Rio Iguaçu, o seu formato, a maneira como corre, sendo um grande reformatório natural e dizia ele também que em função de não existirem mais reservatórios, não só no Paraná como em todo o Brasil, quem vier para competir terá que vir gerar energia através de termoeletrica, e a Copel, veja só, eu sei onde o senhor quer chegar, o senhor me permita, a Copel não sofreria o risco e ter concorrência para o pessoal, vir vender energia mais barata aqui geradas por termoeletrica enquanto nós temos as nossas hidrelétricas gerando energia. Esta colocação. Eu sei que o senhor faz esse aceno em função dos outros recursos que temos a serem explorados das pequenas unidades hidrelétricas aí. Pois bem, fiz todas as colocações. Como eu disse os argumentos colocados não convencem para venda da Copel e o que o doutor Mauro Arce responde - que olha, realmente, estou certo nas minhas colocações. E quando eu perguntava a ele o que acontecerá com a Copel se ela permanecer como está na sua caminhada, como ela vai enfrentar, terá condições de enfrentar a concorrência, que a meu ver tem essas condições.

E ele me respondeu - olha, com a legislação, tem que ficar muito claro isto aí, com a legislação que hoje existe no nosso País, palavras do doutor Mauro Arce, é a mesma coisa que o senhor entrar num ringue para uma luta de boxe com as duas mãos amarradas para trás.

Então, isto estou lhe dizendo para reafirmar e eu queria dizer que gostaria que tivéssemos debatido, porque foram poucas as vozes lá em Brasília que discordaram no momento da aprovação de todo este elenco de medidas e leis que facilitaram a desregulamentação do setor energético do nosso País. E hoje nós nos vemos, veja só, porque na verdade o governo federal não obriga ninguém a vender, na verdade ele condiciona a vender quando ele impõe regras. Então, eu acredito que este é um movimento que nós temos que fazer a nível nacional para reverter a questão federal das imposições e das

restrições que são impostas a todas as empresas energéticas do País. Fico feliz ao saber que no Senado já foi aprovado, na Comissão de Constituição e Justiça tem um outro caminho a ser seguido para até a aprovação deste projeto de lei não permitindo a venda.

Então, a colocação que queria fazer ao senhor e também queria saber dos senhores se esta colocação do doutor Mauro Arce é verdadeira ou ela é falsa?

O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFA

É interessante, serve de alerta também para nós aqui no Paraná, o cenário nacional.

Faz mais de dois anos que o governo federal não privatizou o setor de geração e transmissão; está parado. Como na guerra nós sempre achamos, segundo aqueles que tiveram essa experiência, que quem tomba é quem está ao lado. Por uma questão de cautela o Paraná deveria aguardar o cenário nacional, até porque o governo federal criou as condições e impôs, através de um modelo de globalização que não envolveu solidariedade, para que chegássemos a este momento tão difícil. No entanto o Paraná não precisa ter pressa, mesmo porque os argumentos não estão consolidados em estudos e nós estamos trabalhando com projeções técnicas, econômicas, macroeconômicas e não estamos na verdade frente a pequenos desafios. Nós estamos frente a desafios que envolvem até a competitividade da nossa indústria frente ao cenário mundial da globalização mundial. Basta ver a grande crise que se avizinha, a tensão criada pela visita do presidente da República nos Estados Unidos com o nosso País vizinho, Argentina.

Portanto, o Paraná efetivamente não consegue nesse momento ter tranquilidade para apressar um processo, que a nível nacional, o próprio governo federal há dois anos fala, mas não faz. Porque, com certeza, tem informações estratégicas suficientes para saber que não terá volta.

Quicá, essa demonstração do Senado Federal, pela unanimidade do fato e das pessoas envolvidas, não seja a tempo um grande alerta, para nós, no Paraná.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Para complementar queria que os senhores focalizassem outra vez esse quadro. Ele mostra claramente uma organização ligada à proposta globalizante, de que a maioria dos países desenvolvidos - membros da Comunidade Européia - as atividades de energia e totalmente a geração, em grande parte, é predominantemente estatal. Não está dizendo ali exclusivamente estatal. Exclusivamente estatal você teria Itália, Irlanda, a França.

Com relação ao secretário de Energia Mauro Arci, eu diria que ele deveria tomar mais cuidado com a competitividade das empresas concessionárias da sua região, pois elas estão perdendo clientes para a nossa amarrada Copel.

A Coelba é uma empresa baiana, que foi dada de presente para o Grupo Iberdrola, espanhol. Ela está apre-

sentando prejuízos - é uma companhia privada. tenho informações de colegas meus, engenheiros, que são empreiteiros na Bahia, que eram empreiteiros da Coelba antiga, de que esta, como não está mais vinculada à Lei nº 8666, está comprando serviços de empreiteiros galegos, catalães, espanhóis que vieram para Salvador, e mandando embora os empreiteiros nacionais, porque as licitações não valem mais. Vale quem é amigo do dono, do gerente da Iberdrola, no Brasil, o que é uma forma de mandar lucro para fora, em nome dos amigos.

Isso quer dizer que a Lei 8666 deveria ser aplicada, se não é ao concessionário da União. O concessionário da União não é dono daquilo. É um concessionário. A sua contabilidade deve ser igual. As licitações ser iguais. Senão, há um acobertamento de apropriação indébita, remessa de lucros ilegalmente para o exterior. É só denunciar - isso tudo é crime. À Lei nº 8666, qualquer empresário gostaria de tê-la com as devidas proporções respeitadas, aplicadas na sua empresa. Porque ela obriga a haver transparência, amostra de preços e seriedade. Ela não é uma amarra. Amarra é, sim, proibição de empresas pegarem financiamento do BNDES. Isso não atinge só as empresas estatais, atingiu o senhor Antonio Ermínio de Moraes - o Grupo Votorantin quis comprar a Tietê Geradora e o BNDES negou-lhe financiamento e deu financiamento para AES.

Nobre deputado, lastimo não ter-lhe conhecido antes. Poderíamos ter feito alguma coisa, para tentar segurar pelo menos um pouco isso. Isso muda - como diz o Cascaes: Leis mudam. Empresas não voltam atrás. O Banestado você vende. Se você não quiser e não gostar do serviço do Banestado, você tem o Banco do Brasil, o Bradesco.

E a Copel? Vai ter outra Copel fazendo programa de eletrificação rural, como fizemos em doze anos - 200 mil propriedades? O senhor acha que uma empresa privada - muita gente fala, aqui, e quem vem do interior tem que falar isso, para o governador: Não vou votar nesse negócio, porque o meu povo vai me matar, com essa história, aqui. Eu não vou poder andar na rua, porque eu tenho certeza de uma coisa: aquela tabelinha que está ali, está muito pequena, agora os sindicatos estão preparando, e as entidades civis estão preparando uma forma de lembrança, que eu não queria estar na pele de ninguém.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

O senhor Mauro Arci falou a verdade, ou faltou com a verdade?

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

O senhor Mauro Arci também tinha que mudar o escritório dele, que fica no prédio da Eletro, pôxa. Eles venderam o prédio, venderam tudo, ele tinha que mudar o escritório e parar de falar essas coisas!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Concordo com o senhor, mas eu só quero saber: Ele não falou a verdade?

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Não, ele não falou a verdade. Agora, com uma Bancada de deputados federais boa, nós aqui, como disse o Vanhoni, mobilizando a sociedade, vamos conseguir mudar essa legislação, vamos conseguir fazer a livre concorrência. Quem é que tem medo das empresas estatais? deixem as estatais funcionarem normalmente, têm iguais oportunidades, por que castigar a estatal, por que a estatal não pode? Isso é uma lei, começou aí, o Senado proibiu a venda da geração, vamos atrás de outras leis, vamos conquistar isso, vamos mudar isso, o País está em evolução.

Tenho certeza que muitos deputados foram pensando para casa, e vão pensar bastante, e eu pediria a cada um que fizesse um esforço, tanto do lado Governista e da Oposição, de procurar cada um conversar, mostrar, nós estamos à disposição, podemos fornecer dados, o que vocês quiserem, podemos conversar.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Olha, eu aproveito a deixa por deputados anteriores, até para poder colocar aqui números, dados, e o que foi votado hoje, deputado Algaci, no Senado da República, a Lei nº 9491 de 9 de setembro de 1997, regulamentava o programa nacional de desestatização, dizia no seu artigo 3º que não se aplicam os dispositivos dessa lei ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica e as empresas públicas e sociedades de economia mista que exerçam atividades de competência exclusiva da União.

Pois bem. os senadores Roberto Freire, Paulo Amorim e Carlos Wilson, apresentaram um projeto de lei no Senado de número 32, que diz o seguinte: "Altera o artigo 3º da Lei nº 9491.

Artigo 3º: não se aplicam os dispositivos dessa lei ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal, às empresas públicas ou sociedade de economia mista do setor de geração e transmissão de energia, é àqueles que exerçam atividades de competência exclusiva da União".

Deputado Ribas Carli, parece-me que suas palavras não ficaram perdidas na Câmara, esta batalha de que a legislação federal protegesse o setor estratégico de energia elétrica, embora tardiamente, mas está surtindo efeito, porque no dia de hoje o senador Roberto Requião relatou na comissão esse projeto, e olhem bem, senhor presidente e senhores deputados, por unanimidade, e nós que somos legisladores sabemos, que uma comissão é formada por integrantes de todos os Partidos com assento no Senado, e por unanimidade foi aprovada essa modificação na lei, tornando o setor de geração e transmissão de energia entre aqueles fora do programa nacional de desestatização. É importante aqui colocar a própria argumentação dos senadores, autores do projeto, que a atividade do setor elétrico é extremamente complexa e importante, e a decisão a respeito de sua privatização não

pode ser tomada com base em autorização legislativa genérica, e sem a participação efetiva do Congresso Nacional. Este setor fundamental e estratégico para a economia encontra-se no momento, diante da possibilidade de grave crise. À medida em que a tímida retomada do desenvolvimento experimentado pelo País traz consigo o risco de seu colapso com apagões e outros cortes de fornecimento de energia, e mostrando um bom senso, coloca esses parlamentares aquilo que nós já colocamos aqui todos nós, da Bancada da Oposição e aqueles que são favoráveis a entrada da iniciativa privada no processo de geração de energia.

Dizem aqui: não nos opomos por princípio à participação do capital privado nesse setor, o presente projeto de lei se aprovado, resultará numa firme sinalização dos poderes públicos, no sentido de que se realizem investimentos de vulto no setor elétrico, com a construção de usinas termoelétricas e mesmo pequenas hidrelétricas, além de outras formas de produção de energia ditas alternativas. Este setor, fique claro, deve estar aberto à participação do capital privado, entretanto, as atuais geradoras e transmissoras de energia elétrica públicas assim devem continuar, até para evitar que soluções de continuidade de uma privatização apressada impliquem à crise do setor, junto a isso o aumento da tarifa para os consumidores, como os conseqüentes efeitos nefastos sobre a economia popular, e assim vai o relacionamento desse projeto, deputado Ribas Carli, que hoje, por ter sido aprovado por unanimidade no Congresso, não havendo recursos vai direto para a Câmara para ser aprovado e posto fora da desregulamentação do setor de geração e transmissão de energia.

Isto é apenas uma colocação que eu queria trazer, porque eu pedi por fax, isso que foi votado hoje no Congresso para trazer ao conhecimento desse debate.

O que eu queria perguntar aqui para ficar claro é uma coisa, normalmente, fala-se em formação de empresas competitivas que iriam retirar a possibilidade de concorrência da Copel.

Bom, eu fico me perguntando, essas empresas vão fazer o que? Construir rios? Queda d'água, novas formas de construção de usina? Essas empresas não são iguais ao Grupo Sonae que chega aqui em Curitiba e compra os mercados e se estabelece ou constrói novos mercados para poder concorrer com a Copel, terão que ter usinas geradoras que não tem, porque esses 10, 12, 15 estados que venderam as suas companhias de energia devem ter dado de presente com uma bonificação em cima, porque era deficitário, ou são Estados que não geram, tem despesa com energia elétrica, o que não acontece com o Paraná e com Minas Gerais, por exemplo, bom, minha pergunta: Se essas ditas empresas vierem disputar o mercado aqui com o Paraná, vierem vender para o Hospital de Clínicas a sua geração de energia lá nas usinas que possuem, ao passar pela nossa rede, pela nossa linha de transmissão, passarão incólumes? Ou terão que pagar

para a utilização dos postes, do posteamento de tudo aquilo que a Copel tem como transmissão?

Se tem que pagar, eu lhes pergunto, poderá, pagando pela transmissão, pagando um pedágio para poder chegar até o consumidor, poderá vender mais barato do que nós que aqui estamos e somos geradores, transmissores e distribuidores de energia elétrica?

A minha pergunta fica, poderá concorrer conosco que estamos aqui, geramos, transmitimos, vendemos, cobramos e os outros terão que utilizar os nossos equipamentos e nos pagar pedágio?

De que forma poderão vender mais barato do que nós mesmos?

O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFÁ

Vejam que o cenário mundial é de colapso de energia, não é de falta, é de colapso, o desespero é tão grande que na Espanha, em Sevilha, tem uma termoelétrica pequenininha, mas que para poder gerar energia o desespero é tão grande que eles aproveitam as aparas dos olivares nas podas anuais para poder alimentar a termoelétrica e gerar a energia.

Vejam as dificuldades que eles têm e que nós não temos. Essa questão, simplesmente, de concessão de uso da rede para que cada um ganhe competitividade, efetivamente começou a ser discutida agora.

Na semana passada teve uma reunião em Brasília, diz que foi uma cena tétrica, porque você vê desde as questões meramente tarifárias até as questões técnicas.

De repente alguém vem na sua rede de equilíbrio devidamente calculada, para o uso estabelecido de transmissão injeta mais energia. Os problemas que derivam disso tudo, com certeza impõem o monitoramento complexo e uma manutenção também muito mais cara.

Então para se chegar ao custo de o que seria realmente esse pedágio, os elementos técnicos não foram ainda efetivamente estudados. Existe a idéia, mas efetivamente, segundo a reunião que nós tivemos, um engenheiro aqui do Paraná, que representa o CREA no Conselho de Consumidores da Copel, engenheiro eletricista Rolph M. esteve em Brasília, participou da reunião e voltou assustado frente ao cenário ainda improvisado, porque se tenta fazer com que isso seja totalmente aberto e estabelecido custos.

Óbvio, uma conta muito simples. Nem conta não precisa, é bom senso. Quem receber pedágios por esse uso efetivamente ganha muito dinheiro.

Além de conduzir a sua energia ainda ganha quando aquele quer concorrer para utilizar-se de sua rede.

É fácil, quem aqui em Curitiba se utiliza dos postes da Copel, para fazer com que seus cabos de fibra ótica saiam de uma determinada empresa para outras bases, sabem que pagam pedágio mensal e não é barato.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

O livre mercado de energia está funcionando, isso já está funcionando. O Rossafa estava levantando que há

restrições entre as concessionárias sobre aspectos técnicos. Porque você não pode simplesmente chegar e dizer, eu quero transmitir. A dona do sistema tem que concordar e se ela não concordar, tem justificar o porquê de ela não concordar, porque a minha capacidade está esgotada, mas ela tem que construir, adaptar, o acesso é livre ao sistema de cobrar o pedágio.

Se o senhor me pergunta, deputado, vai ser mais barato ou não? Eu estou vendo o contrário, a Copel está pagando pedágio e está vendendo energia lá na casa dos tais.

Ah! Muito competitivos nós estamos chegando lá na frente, por quê? Porque nós temos o produto, o produto é nosso e os outros são distribuidores; podem ser muito competentes, mas nós somos os geradores, por enquanto.

O Sr. Waldyr Pugliesi

Senhor presidente, doutor Ivo e doutor Rossafa, eu estou plenamente satisfeito com as atuações que ambos tiveram aqui. Mas, gostaria também de lamentar profundamente que os deputados governistas se retirassem; não é só deselegância como educadamente falou o deputado Vanhoni.

No meu entendimento é o seguinte. Nós aqui estivemos durante todo tempo ouvindo as mentiras, que foram trazidas aqui pelo presidente da Copel e, hoje, na realidade muitos deles não tiveram a coragem de ouvir a verdade.

Como já falamos várias vezes nós não temos outra solução a não sairmos dos restritos limites da Assembléia Legislativa do Paraná, a não ser irmos às ruas, fora da mobilização popular estou sentindo, não há salvação para esse problema, porque existem milhões de argumentos mais fortes do que esses que estão sendo colocados aqui.

Eu gostaria de fazer uma pergunta. O senhor falou de um novo ciclo que poderia ser implantado aqui. O ciclo da energia. É fundamental para a implantação desse ciclo da energia que garantiria o amanhã do Paraná, a manutenção da Copel nas mãos do Poder Público?

O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFÁ

Com certeza não teríamos como alavancar um novo ciclo que efetivamente altera a lógica estabelecida pelo interesse internacional. Um ciclo de desenvolvimento fundamentado na energia não coaduna com interesse concentrado da matriz energética quanto a de combustão, hoje existente. Você estaria rompendo com o modelo internacional que efetivamente se instala dentro do Brasil para dar continuidade a ele, e nós estaríamos nesse momento, fazendo um contraponto que sem uma empresa pública com seu status técnico e até com aporte de recursos públicos, auferidos aqui, pelos lucros da própria empresa, não teríamos como enfrentar estes interesses maiores.

O setor privado não se interessaria por ele porque não tem nada a ver com aquilo que eles demandam em

termos de controle mundial de processo energético. É simples. Energia hoje tem valor estratégico para o mundo. O americano com certeza, não estaria gastando cem dólares de ocupação militar por barril de petróleo no Oriente Médio, porque sem petróleo eles não conseguem mais atender em auto-suficiência o que eles têm nas suas divisas.

Então, o Paraná, ao gerar um novo ciclo de desenvolvimento, fundamentado na produção de energia, não altera efetivamente o que já tem incrustado nas suas áreas produtivas mais nobres. Ele apenas vai supervalorizar a potencialidade produtiva da terra quando agregar neste potencial, a produção de energia e quando a gente fala nisso e fala, por exemplo, na mamona como um potencial para produzir óleo de combustão, você entende claramente que isso vai frontalmente contra os grandes interesses.

Dois quilos de mamona, um litro de óleo diesel, mas quando você pega o óleo bruto, reage com Metanol e obtém a glicerina e o óleo diesel e torta de mamona, importante aliado no componente energético para alimentação animal, você verifica que é altamente competitivo, industrialmente muito simples e socialmente muito justo, mas as grandes empresas se interessariam por isso? Obviamente que não.

Apenas pesquisadores, pagos com recursos públicos estariam efetivamente debruçando o seu tempo, a sua criatividade e a sua inteligência para alicerçar e estruturar um “programa piloto” que viesse efetivamente trazer um novo tipo de desenvolvimento.

Você imagina uma termoelétrica como as que estão planejadas para o Paraná e não consumissem o gás da Bolívia e sim, que gerassem oportunidade até de evitar o passivo ambiental da indústria da madeira de Telêmaco Borba, não estaria alinhado aos interesses daqueles que fizeram o gás da Bolívia chegar até aqui?

Por isso a empresa pública neste momento, seria conciliatória, faria conciliação entre os interesses privados mesmo que os internacionais e legítimos do Paraná que precisam alento e precisam modelo, que alavanquem um período de desenvolvimento que atraia a indústria e ele está efetivamente na potencialização de recursos naturais. Está na colheita do sol através da fotossíntese. É imprescindível.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Cumprimento os companheiros palestrantes e dizer que a pergunta que eu vou fazer, gostaria de ter feito ao presidente da Copel, mas não foi possível, naquele dia. É uma dúvida que surge, porque no ano de 1983, um dos momentos de maiores crises financeiras porque passou o País, o governo José Richa determinou que a Copel mantivesse o fornecimento de energia elétrica às pessoas desempregadas, desde que comprovado.

Eu gostaria de perguntar: privatizando a Copel, o governo poderá agir da mesma forma? E também se uma

empresa privatizada vai se submeter a uma decisão tão importante e tão necessária?

Eram estas as perguntas que eu gostaria de ter feito, inclusive, para o presidente da Copel.

Como não foi possível eu gostaria de ouvir o que vocês pensam a respeito.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

Solidariedade é algo que não se coaduna com a globalização implantada. Filantropia, me parece muito distante dos interesses internacionais pelo País. Com certeza os rendimentos das aplicações, se isto viesse a se tornar verdade, é que deveriam provavelmente subsidiar estes paranaenses em dificuldade.

Olhe que no País nós compramos muitas mentiras. E lembro dos argumentos que nos levaram a cortar subsídios da agricultura brasileira. Eles eram fascinantes. Davam claramente a entender que sem subsídio nós seríamos competitivos. No ano de 2000, levantamentos sérios desenvolvidos por um pesquisador da USP, nos Estados Unidos, dão conta de que os Estados Unidos subsidiaram em 33 bilhões de dólares os produtores de soja americanos.

E nós, adotando política que não levam em consideração nos projetos de desenvolvimento os aspectos social e humano e o Poder do Estado, nós abrimos mão e deixamos esta parte de paranaenses, que não é pequena, de alguns milhões de paranaenses a um estado de sorte que não gostaríamos para nossos filhos. Eu não acredito nisso. Acho até que não é esta a questão mais importante, de dar uma conta de luz por uma empresa pública, mas de dar oportunidade, num ciclo de desenvolvimento, que todos os paranaenses possam pagar sua conta de luz. Isto é mais importante.

Este momento é decisivo porque ele permeia oportunidades neste campo, de que daqui dez anos não precisássemos mais, num cenário trágico de filantropia, nos preocupamos mais com uma conta, no final do mês, de 15 reais. É uma questão, acima de tudo, de solidariedade. Um modelo econômico que não levar em consideração a humanização da sociedade, está fadado ao fracasso.

E este Estado, que é tão rico em recursos naturais, tão rico em capacidades, nas diferentes áreas estratégicas de ação, porque ele acumulou este ativo intelectual em universidades, em centros de pesquisas e em empresas públicas, como a própria Copel, precisa, neste momento, ser colocado estrategicamente a serviço criativo de um novo ciclo de desenvolvimento.

Mas as empresas, certamente privadas, não se interessam. Ao contrário, assistimos cenários interessantes, quando você vê praticamente o domínio das grandes redes de supermercados, onde o pequeno fornecedor de um determinado produto paga pedágio para colocar o produto na prateleira. Senão, faz a doação da primeira partida. E poucos conhecem a dificuldade daqueles que tentam ser competitivos, frente aos grandes conglomerados internacionais.

O SR. LUIZ ANTONIO ROSSAFÁ

Só complementando, as concessionárias têm um contrato de concessão. E elas, neste contrato, têm direitos. O governo não pode interferir, nem nisso e nem, por exemplo, naquilo que o deputado Pessuti vai lembrar, os mais antigos vão lembrar, os padrões da Copel, para a área rural eram muito caros. Eu me lembro da força dos deputados, me lembro que o deputado Basílio Zanusso foi um dos que ajudou a mudar os padrões da Copel, o deputado Quirinus, ainda, deputado Trajano.

Então, aquilo não poderia acontecer. Os padrões da Copel, que eram relativamente caros e reduziram-se em 42% logo nos primeiros anos, fazendo com que a meta de 88 mil famílias atingidas passasse a 120 mil com o mesmo dinheiro; isto não poderia ser feito porque a empresa segue um contrato de concessão e no contrato é proibida ingerência deste tipo.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Eu só quero pedir permissão aos companheiros que ainda têm que questionar, eu quero fazer um apelo aqui, aproveitar enquanto está aqui no plenário Dom Ladislau Bienarski, que eu sei que vai descer para o fórum já em seguida, mas fazer um apelo e eu sei, acredito que boa parte da Igreja já está fazendo este apelo para que se reforce cada vez mais junto às Igrejas, às paróquias, especialmente no interior, lembrando Dom Ladislau, que lembro que eu era coroinha e não muito tempo atrás e não muito longe daqui, a trinta quilômetros daqui a minha igreja não tinha luz, a iluminação era à vela, e graças a ações como a Copel, no Clic Rural e outros tantos, lá no Iguaçu, no Assungui, lá em Adrianópolis, onde eu, os deputados Beraldin, Ademir Bier, deputada Luciana Rafagnin, que fazemos parte da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente estamos debatendo e é exatamente este o risco que eu tenho também aqui quando se fala em entregar para o capital estrangeiro.

O Vale da Ribeira foi o vale mais rico que este Paraná já teve em minério, chumbo, ouro, prata, tudo, vieram os franceses e os americanos, exploraram nossa riqueza, levaram tudo para o Brasil afora e acabaram deixando a pobreza e a doença que nós estamos agora cobrando porque outros políticos em outras épocas deveriam fazer o que nós fazemos hoje tardiamente.

Então, este é o medo também que nós temos, senhor presidente Elio Rusch, que se entregue ao capital estrangeiro esta riqueza, esses bens naturais que o Paraná tem e lá na frente o governo tenha que voltar a tomar conta desta situação.

Então, queria fazer um apelo, Dom Ladislau, reforçar, a Igreja que tem um papel fundamental, padre é um dos principais comunicadores, já foi o tempo antigamente do sermão do padre, das coisinhas pequenas da comunidade, da briga do marido com a mulher, do filho do cidadão que fez a malvadeza, isto já foi no tempo antigo. É preciso que a Igreja faça o que em feito com a questão da reforma agrária, engajada realmente de corpo

e alma nisso, porque afinal de contas nós só vamos vencer esta batalha se a comunidade for convencida pelo respeito e pela credibilidade do padre, e vamos conseguir o nosso objetivo.

Aqui dentro os senhores podem ver pelo espaço melancólico que está aqui pela bancada governista que não teve a devida decência como nós tivemos, e eu digo isto com muita dor porque eu fui da bancada governista, quer dizer, não rompi oficialmente com o governador, mas na questão da Copel estou rompido, deixei claro isto ao governador e fui talvez o primeiro deputado do lado governista a tomar uma posição desta. Fazer este apelo, Dom Ladislau, a Igreja é fundamental nesta hora e nós só vamos ganhar lá fora. Aqui, infelizmente, pelo que já se sente o clima, nós já somos derrotados nos votos, mas é necessário que lá fora no plebiscito, 60 mil assinaturas ou tantas quantas mais, é que vai fazer a grande diferença.

Eu faço, portanto, este apelo ao senhor, lhe conhecendo, conhecendo Dom Pedro Fedalto, trabalhando numa rádio católica, eu acho que é necessário realmente colocar firme esta posição.

Era só que eu queria: fazer esta colocação e abro mão das minhas perguntas.

O SR. BERALDIN

O deputado Algaci Tulio colocou bem a situação de Adrianópolis. Lá um popular falou; aqui quando saía o ouro a prata, tudo estava dominado. Aqui também tudo está dominado. Só tem um caminho - povo na rua. O caminho é o seguinte - o deputado que mora em Toledo, ao chegar em Toledo tem que ser recepcionado pelo povo de Toledo. E diga assim - não quero que o senhor vote a favor da venda da Copel. Um exemplo eu citei, Toledo. Muitos moram em Foz do Iguaçu, outros moram em Ponta Grossa, outros moram em outras regiões do Estado. Cada comunidade, cada município tem que recepcionar o seu representante popular apoiando ou reprovando a sua atitude aqui dentro. De resto, tudo está dominado.

Para o governo Lerner vender a Copel, lhe falta aquilo que é fundamental, credibilidade. Um governo que vendeu 40% da Sanepar, antecipou os "royalties" de Itaipu, o Banestado, e deixou uma dívida para que os paranaenses paguem em 30 anos! Essa dívida corresponde, hoje, em torno de 15% do serviço da folha de pagamento dos inativos e dos que estão na atividade - 15%, 40 milhões, por mês. Temos que vender a Copel urgente, porque temos que capitalizar o fundo, que vai ser em torno de 90 milhões. Como? Quarenta milhões/mês, prestação do Banco do Estado, mais 25 anos de "royalties" de Itaipu, que está em torno de 50, também já chegamos e empatamos. Lá se foram um bilhão e meio de ações da Copel. Lá se foi 500 milhões de ações boas da Copel, para garantir títulos podres de Guarulhos, Osasco, Maranhão, Santa Catarina.

Fico me perguntando: Esse governo tem credibilidade, para receber da sociedade paranaense esse cheque

em branco? Parece-me que não tem. Porque quando assumiu a dívida do Estado, não chegava a um bilhão e meio. Hoje, está mais de quinze bilhões de reais.

Eu queria, além de saudar os nobres visitantes, fazer um apelo. E que esse apelo chegue no ouvido dos ex-governadores do Paraná, para que todos eles que são contra a venda da Copel, estivessem aqui no dia da votação, para dar um exemplo, porque eles têm compromisso e são inseridos na história do Paraná. Eles conhecem perfeitamente quanto a Copel foi e é importante, para o governo do Paraná e para a sua gente.

Espero que no dia da votação os ex-governadores estejam, aqui conosco, vivendo esse momento. Se conquistarmos a vitória, vamos vibrar juntos. Que eles também conheçam, porque são liderança e têm história, o comportamento de alguns, que nesse momento de encruzilhada, desviam o caminho e levam ao caminho da tristeza o povo do Paraná.

Reafirmo uma estratégia, para encerrar, de que todos os municípios se mobilizem falando com os seus representantes, que estão aqui dentro da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao próximo orador, deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Cumprimento inicialmente os dois ilustres palestrantes, doutor Rossafa e doutor Pugnaloní. Os argumentos dispendidos por Vossas Senhorias aqui, são extremamente importantes para contrapor a argumentação do governo e por si só são suficientes para convencer qualquer cidadão de bom-senso e medianamente inteligente.

Gostaria de pedir alguns números de forma oficial, sobre os estudos de aumento de tarifas e o impacto que a venda da Copel vai provocar nos municípios, com relação à iluminação pública, para que possamos, através do nosso gabinete e dos gabinetes de Oposição, enviar a todos os prefeitos e todos os vereadores deste Paraná, porque a única forma de mudar a opinião dos deputados que deselegantemente não compareceram à sessão de hoje aqui, é fazer com que os agentes políticos tenham argumentos convincentes e os forcem a votar contra a venda da Copel. Penso que dessa forma teremos um poder de pressão, mas é preciso que esses dados sejam de forma oficial e tenham as fontes para que realmente o prefeito que receba, e o vereador, não se iludam com contra-argumento da base do governo de dizer que são números fictícios, que são números inventados.

Comprometo-me a fazer isso chegar a todos os agentes políticos do Paraná.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGNALONI

A Copel só fornece esses dados, porque vamos pedir à Copel; só fornece esses dados com uma carta do prefeito solicitando. Não fornece individualmente para ninguém.

O SR. HERMES FONSECA

Sim, mas os estudos, a projeção de aumento de tarifa, o impacto na conta, no orçamento municipal, o seu consumo de iluminação pública.

Acho que isso é um argumento importante.

O SR. IVO AUGUSTO DE ABREU PUGANOLNI

Quero salientar que são duas coisas diferentes. Primeiro é o estudo de evolução, daquele estudo que eu sugeriria que a Assembléia solicitasse. Por exemplo, a Tradener, é uma projeção de valores de tarifas. Isso o senhor pode solicitar à Tradener oficialmente, porque ela é 51% estatal, tem obrigações por enquanto, com 51% da Copel: tem obrigações com esta Casa. Vejam, até isso os senhores vão perder depois. Agora, o individual de cada prefeito é preciso de um ofício da Copel.

O SR. HERMES FONSECA

Muito obrigado mais uma vez pela atenção, e dispenso a pergunta.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, e senhores deputados, primeiramente gostaria de agradecer a palestra e a presença do engenheiro Luiz Antonio Rossafa, presidente do Crea, e também do engenheiro Ivo de Augusto de Abreu, pela sua explanação, pela sua presença nesta Casa que vem elucidar ainda mais essa questão da Copel.

Mas, quero aproveitar essa oportunidade, senhor presidente, para colocar com clareza a posição do nosso partido, o PPS, quando apresentamos o projeto que garante nas mãos do governo do Estado do setor de geração e de transmissão, até porque muitas pessoas podem pensar que estamos defendendo o projeto, única e exclusivamente porque queremos privatizar parcialmente a Copel. Isso não é verdadeiro. Estamos oferecendo uma alternativa no caso da lei que garante a privatização da Copel continuar em permanência. Logicamente que se esta Casa derrubar a lei que dá garantia ao governo do Estado de privatizar a Copel a nossa lei ficará sem efeito, ela continuar na mão do Estado com geração, transmissão e acho que isso é importante que fique claro. No caso de nós não conseguirmos esse objetivo, estamos aí oferecendo uma nova alternativa, que para a alegria nossa, essa iniciativa é do nosso partido. Ontem foi votado no Senado da República o projeto de autoria do deputado Roberto Freire, aprovado por unanimidade, que também foi apresentado pelo deputado Rubens Bueno na Câmara Federal, e também foi iniciativa nossa na Assembléia Legislativa num encontro: essa iniciativa foi tratada num encontro que tivemos em São Paulo, há 30 dias atrás.

Mas acho que o importante desse encontro de hoje é para que possamos definitivamente deixar claro que essa questão da Copel não é uma questão política; temos que ter esse cuidado, de não politizar essa questão.

Porque no momento, nós queremos comparar a Copel com o Banestado. Votei favoravelmente à privatização do Banestado. Nós não podemos comparar um Banco que dá prejuízos, que foi usado por diversos governos de forma irregular. Aqui não adianta querermos também somente culpar o governador Jaime Lerner, que nós tivemos problemas, é só nós recordarmos a questão do BADEP, lembraremos as questões do Banco Del Paraná, quando o governador era Requião, então se nós quisermos politizar, vamos começar até achar desculpas para aqueles que são contra a permanência da Copel na mão do governo do Estado. Acho que temos que ter esse cuidado. Acho que a Copel é uma empresa viável, a melhor empresa de energia elétrica, sem dúvida nenhuma, do País. Uma empresa que dá 430 milhões de lucro, mais um milhão de lucro ao dia e não é um Banestado, que está com 5 bilhões de dívidas que foram feitas ao longo dos últimos anos.

Até porque, aqueles que estavam aqui presentes quando o secretário presidente da Copel, Ingo Hübert aqui esteve, que ele numa previsão diz que dentro de 2 ou 3 anos a Copel deixará de ser competitiva, que ela estará inviabilizada.

Se nós lembrarmos quando votamos a lei que autorizava a venda da Copel no ano de 98, ele já fazia essa mesma previsão dizendo: dentro de 2 ou 3 anos se nós não vendermos a Copel, se não privatizarmos a Copel, a Copel estará inviabilizada, e convenceu um grande número de deputados, 98, passaram 3 anos e a Copel tem o lucro recorde de sua história, com 430 milhões.

Acho que esse é o fundamento que todos nós devemos ter, e ter o cuidado, como disse, de não politizarmos, senão de repente fica um querendo defender isso porque é a favor do Álvaro, outro quer defender porque é a favor do Requião, outro porque é a favor do Rubens Bueno, que é o nosso caso, e não é isso. A Copel tem papel fundamental para o desenvolvimento econômico do Estado, é uma questão de estratégia, o próprio Congresso Nacional deu exemplo ontem quando votou por unanimidade, lá estava o PFL, PT, PSDB, todos votaram favoravelmente porque viram o erro que estão cometendo, e nós não podemos cometer esse erro, senão realmente nós vamos passar para a história, primeiro, como pessoas que não têm o mínimo de visão, porque todos os indicadores estão nos mostrando que nós temos que ter cautela, precisamos ter calma, se daqui 3 anos...

Vou fazer uma outra previsão, todo mundo está fazendo; sou engenheiro civil, formado na Universidade Federal do Paraná, na mesma universidade que o seu Ingo Hübert formou-se, a mesma qualificação técnica que ele tem eu também tenho. Vou fazer uma previsão diferente. A previsão que eu faço é que dentro de 5 anos

talvez o único Estado da Federação que possa se dar ao luxo de dizer a uma empresa multinacional que queira se instalar no Brasil, possa dizer o seguinte: eu não dou incentivo fiscal nenhum, eu não dou terreno, não dou terraplanagem, eu te garanto que é fundamental para o funcionamento de uma empresa, de uma indústria que é energia. Somente o Estado do Paraná terá essa condição.

Por isso minha preocupação, deputado Marcos Isfer, de pelo menos tentar salvar a geração e a transmissão, lógico que nós gostaríamos que continuasse também a distribuição que é estratégica, nas mãos do governo do Estado.

Mas, dentro dessa previsão, por que nós acelerarmos o processo? Se é um problema de caixa que o governo precisa urgentemente, vamos vender a participação que o governo tem na Sercomtel, que o governo pagou 186 milhões, mas na época era um por um. Então, são 186 milhões de dólares. Só aí já vale 400 milhões, doutor Ivo, quando o senhor falava em 400 milhões que a Copel arrecadaria com outros setores é muito mais, só aí já dá quase 400 milhões, os 7% que a Copel tem na Sanepar, a Compagás e as diversas empresas que a Copel tem participação acionária, que é informação que me passaram, são 23 empresas.

Vinte e três empresas que a Copel tem participação acionária.

Quanto vale isso?

É problema de caixa?

É um bilhão, é dois bilhões? Tenho certeza absoluta que a Copel tem condições e o governo tem condições de alavancar esse recurso. Mas abrir mão da geração e da transmissão é um erro estratégico, é um erro histórico que essa Casa não deverá cometer. Pela última vez eu faço esse apelo a todos os deputados.

Vamos ter esse cuidado de não politizar, porque realmente nós vamos começar a dar brechas às discussões que fogem do princípio básico de todos aqueles que querem defender a Copel, da mão do governo.

Quero aqui fazer um apelo a Dom Ladislau, já fez aqui o deputado Algaci Tulio, que realmente mais do que nunca a igreja tem um papel importante. O doutor Ivo falava da dificuldade de ter encontrado um espaço na imprensa, para colocar a sua opinião. Todos nós estamos encontrando de uma forma ou de outra dificuldade, tanto é que hoje no seu encontro, com certeza nós achamos que estaria aqui toda a imprensa estadual transmitindo ao vivo. Nós não vimos isso.

Agora, podem não nos dar espaço, mas ninguém consegue fechar o espaço que padre tem, todos os dias, todos os domingos nas igrejas mostrando a realidade. Falando como eu disse, sem politizar, sem paixão, mas mostrando realmente os avanços que nós tivemos no Estado do Paraná, que o pequeno produtor teve com a eletrificação rural, com a industrialização

do Estado, a geração de empregos, com o risco gravíssimo.

Daí nós temos um papel e vocês técnicos mais ainda, de orientar a todos, dando números, dando informações para que todos possam informar à população paranaense, para que nós não cometamos esse erro porque a história vai cobrar, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O último orador inscrito, deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Sou o último, senhor presidente. Sugeri inclusive para que pudesse encerrar essa sessão. Mas, como eu sou o último, evidentemente vai se encerrar.

Parabenizar primeiro a presidência, por ter ficado aqui, porque se o presidente não ficasse eu assumiria como o seu suplente e ficaríamos todos da Bancada que somos contra a privatização e aprovaríamos um requerimento em moção de repúdio ao Ingo com unanimidade, aqui.

Evidente que nós não faremos isso, porque eu ia combinar com o deputado José Maria Ferreira para ele pedir para discutir o requerimento, porque nós somos elegantes.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não daria certo porque a sessão foi convocada com um fim específico.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas o Plenário é soberano, senhor presidente. Mas, quero parabenizar ao doutor Ivo Punhaloni, ao doutor Rossafa, pela brilhante explanação aqui. Vocês fugiram completamente daquela tática do Ingo, de primeiro esconder a verdade para não chamar de outra coisa. Esconder a verdade, falar num “pequininês” incompreensível, porque não se pode falar a verdade, então a burocracia da fala não esclarece muito.

Fiquei convencido da vez passada, já quando o Ingo, aqui falou e não explicou nada. Agora muito mais com as explicações, eu fiquei convencido disso e vou bater na tecla.

Privatizando a Copel, vai ter apagão e aumento de tarifa e vamos à rua por essa bobagem que esse governador, essa loucura como já disse aí, que o governo está fazendo.

Parabéns para vocês, sentimos orgulhosos por ter pessoas tão qualificadas do lado da nossa luta.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só queremos lembrar que na semana passada nós tivemos a presença do Ingo e a Casa democraticamente ouviu o presidente secretário da Fazenda, que foi a favor

da privatização. Hoje nós ouvimos os nossos dois engenheiros que são contra a privatização.

Desta forma, quem ganhou foi o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Especial.

Levanta-se a sessão.